



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL Nº 5037800-47.2018.4.04.7000/PR

REQUERENTE: POLÍCIA FEDERAL/PR

ACUSADO: DEONILSON ROLDO

DESPACHO/DECISÃO

1. Trata-se de pedido de buscas, bloqueios e prisões contra Deonilson Roldo e associados formulado pela autoridade policial e relacionados aos inquéritos 5071379-25.2014.404.7000, 5018185-71.2018.4.04.7000 e 5023466-08.2018.4.04.7000 (evento 1).

Também está relacionada à ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000, com denúncia recebida em 05/09/2018 e processos conexos, especialmente os processos 5037800-47.2018.404.7000, 5019249-19.2018.404.7000 e 5019253-56.2018.404.7000.

O MPF opinou favoravelmente a maioria dos requerimentos, posicionou-se contrariamente a alguns e adicionou requerimentos próprios (evento 8).

A autoridade policial apresentou requerimentos complementares no evento 10.

Decido.

2. Segundo a representação policial e a denúncia formulada na ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000, o Grupo Odebrecht, representado pelos executivos Benedito Barbosa da Silva Júnior, Presidente da Construtora Odebrecht, Luiz Antônio Bueno Júnior, Diretor-Superintendente da Odebrecht das regiões São Paulo-Sul, e Luciano Ribeiro Pizzato, Diretor de contratos da Odebrecht em Curitiba, teria realizado, no primeiro semestre de 2014, um acerto de corrupção com Deonilson Roldo, então Chefe de Gabinete do Governador do Estado do Paraná, para que este agisse para limitar a concorrência da licitação para duplicação da PR 323, favorecendo o Grupo Odebrecht que tinha interesse na obra.

Em contrapartida, o Grupo Odebrecht pagaria quatro milhões de reais a Deonilson Roldo e ao seu grupo.

Cerca de pelo menos 3,5 milhões de reais foram pagos da seguinte forma, entregas em espécie de R\$ 500.000,00 em 04/09/2014, de R\$ 500.000,00 em 11/09/2014, de R\$ 1.000.000,00 em 18/09/2014, de R\$ 1.000.000,00 em 25/09/2014, e de R\$ 500.000,00 em 09/10/2014, conforme lançamentos registrados no sistema de contabilidade informal do Grupo Odebrecht.

A execução dos pagamentos foi solicitada pelos executivos da Odebrecht ao Setor de Operações Estruturadas da empresa, o que envolvia condutas de ocultação e dissimulação, com emprego de contas secretas no exterior controladas pelo próprio Grupo Odebrecht, com utilização de operadores do mercado de câmbio negro, com a realização de operações dólar cabo até final disponibilização dos reais aos beneficiários no Brasil. Fernando



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Migliaccio da Silva, Luiz Eduardo Soares e Maria Lúcia Tavares eram os responsáveis pelo Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht. Olívio Rodrigues Júnior controlava contas secretas no exterior para as quais eram repassadas os recursos ilícitos. Adolpho Julio da Silva Mello Neto e Álvaro José Galliez Novis eram operadores do mercado de câmbio negro que teriam participado especificamente dessas operações, a fim de disponibilizar o equivalente em reais do recebido em dólar no exterior.

Ainda segundo a denúncia e a representação, Jorge Theodocio Atherino participou do crime de corrupção, também solicitando o pagamento da vantagem indevida, recebendo os valores pagos pelo Setor de Operações Estruturadas e disponibilizando-os, mediante condutas de ocultação e dissimulação, a Deonilson Roldo e associados.

Parte dos valores, mediante condutas de ocultação e dissimulação, foi destinada a realização de depósitos em espécie e fracionados em contas de Deonilson Roldo e de sua empresa Start Agência de Notícias.

Outra parte dos valores teria sido destinada à realização de depósitos em espécie e fracionados em contas de Jorge Theodocio Atherino, suas empresas e associados.

Segundo a representação e o parecer ministerial, haveria fundada suspeita de que Carlos Alberto Richa seria espécie de "sócio oculto" nos investimentos de Jorge Theodocio Atherino, tendo sido identificados investimentos societários e imobiliários comuns.

Também compõe a denúncia a imputação de crime de fraude à licitação, pois Deonilson Roldo teria efetivamente atuado para restringir a concorrência da licitação para a duplicação da PR 323 a fim de favorecer o Grupo Odebrecht.

Em consequência, somente a Odebrecht, liderando a Concessionária Rota das Fronteiras S/A, apresentou proposta para a licitação de duplicação.

Os fatos caracterizariam crimes de corrupção, fraude à licitação e lavagem de dinheiro.

Ainda os fatos comporiam um esquema criminoso mais amplo de cobrança de vantagens indevidas em contratos do Governo do Estado do Paraná, como revelado por Nelson Leal Júnior, ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná.

Esses, em síntese, os fatos.

3. Examinando as provas.

Há cinco depoimentos sobre os fatos.

Benedicto Barbosa da Silva Júnior, Presidente da Construtora Odebrecht no período dos fatos, declarou, em depoimento prestado no inquérito (evento 5, arquivo inq18, p. 8-11) que a pedido do executivo Luis Antônio Bueno Júnior autorizou o pagamento de quatro milhões de reais como "caixa 2" para Carlos Alberto Richa, então Governador do Estado do



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Paraná, em 2014 através do Setor de Operações Estruturadas. Para pagamento, foi utilizado o codinome "Piloto" O executivo declarou que os pagamentos foram solicitados ao Grupo Odebrecht por Jorge Theodócio Atherino. Segundo ele, porém, foram localizados os registros de pagamentos de somente 2,5 milhões de reais no sistema de contabilidade informal do Grupo Odebrecht.

Transcreve-se:

"que ratifica o termo 48, no sentido de que no decorrer do ano de 2014, no mês de julho, foi procurado por seu diretor superintendente do sul, Luis Antônio Bueno, com a informação de que tinham um executivo que ficava no PR, Luciano Pizzato, que teria sido procurado por um empresário paranaense, de nome Jorge Atherino, que, em nome do comitê eleitoral de reeleição de Carlos Alberto Richa, com uma demanda que fizessem doação de campanha no valor de quatro milhões de reais; que Luis Bueno procurou o declarante e este autorizou a doação via caixa 2 dos quatro milhões de reais; (...) que apesar disso apenas foi efetivado 2,5 milhões de reais em pagamentos, uma vez que não houve demanda para o recebimento do total durante a campanha; que os pagamentos foram planejados e executados dentro do Sistema Drousys, pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht e adotou-se o codinome 'Piloto' para esses pagamentos, como uma menção a Carlos Alberto Richa; (...)"

Luiz Antônio Bueno Júnior, Diretor-Superintendente da Odebrecht das regiões São Paulo-Sul ao tempo dos fatos, (termo de depoimento 15, evento 5, inq29, p. 15-16, e inq30, p. 1-8), confirmou a realização dos pagamentos a Carlos Alberto Richa nas circunstâncias afirmadas por Benedicto Barbosa da Silva Júnior. Agregou que tratou da licitação para duplicação da PR 323 com Deonilson Roldo, então Chefe de Gabinete do Governador do Estado. Declarou que solicitou a Deonilson Roldo que interferisse junto a outras empresas para que estas não oferecessem propostas na licitação no mesmo contexto da solicitação de doações à campanha eleitoral. Transcrevem-se trechos:

"Na reunião, após amenidades, solicitei seu apoio [Deonilson Roldo] para que interagisse com representantes das possíveis empresas interessadas no projeto da PR 323 para que elas não ofertassem proposta, em função do investimento que já havíamos empregado nos estudos da PMI. Comentei com Deonilson Roldo as possíveis empresas interessadas no projeto da PR 323, recordando-me de ter mencionado a CCR e a Viapar, especialmente em razão de tais empresas estarem à época operando rodovias no Estado. Ele me informou que iria ver o que conseguiria fazer."

Dias depois, procurei novamente por Deonilson Roldo, tendo sido novamente identificado na recepção do Palácio, e ele disse que poderia ajudar. Informou-me, ainda, que contava com o apoio da companhia para a campanha de reeleição do Governador em 2014. Essa reunião foi bastante rápida, somente para Deonilson Roldo confirmasse que ajudaria a companhia."

(...)

Em julho de 2014, meu subordinado foi procurado pelo empresário paranaense Jorge Atherino, que era ligado ao comitê de campanha do PSDB do Paraná, no escritório da Companhia em Curitiba, localizado à rua Marechal Deodoro, n.º 950, sala 201, Edifício Patriarca, cobrando-o pelo cumprimento da parte da Companhia na contribuição à campanha de reeleição de Beto Richa, conforme eu havia indicado, no início do ano, a Deonilson Roldo que assim o faria."



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Dias após, meu subordinado me informou acerca da solicitação de Jorge Atherino. Concluí que seria o caso de realizar o pagamento na ordem de quatro milhões de reais, uma vez que estava ciente de que havia mencionado a Deonilson Roldo que auxiliaria com a campanha do Governador Beto Richa e, também, levando em consideração que o adversário político de Beto Richa nas eleições, Roberto Requião, que vinha crescendo nas pesquisas eleitorais, não tinha dentro de seus projetos a perspectiva de investimento na área de infraestrutura, sejam eles públicos ou privados, o que inviabilizaria não somente o início da execução do Projeto PR 323, mas também a realização de novas licitações e concorrências públicas no estado do Paraná.

(...)

Diante disso, solicitei ao meu subordinado que informasse a Jorge Atherino que a Companhia faria uma doação de aproximadamente quatro milhões de reais, por meio de recursos não contabilizados. Em resposta, Jorge Atherino concordou com a forma de pagamento via Caixa 2.

Orientei meu subordinado a entrar em contato com a equipe de Hilberto Silva para viabilizar os pagamentos, que foram realizados no segundo semestre de 2014, mediante entregas em espécie, em endereços indicados por Jorge Atherino a meu subordinado, que, por sua vez, repassava-os à equipe de Hilberto Silva.

Foram localizados até o presente momento pagamentos da ordem de R\$ 2,5 milhões. Para a identificação de Beto Richa nos referidos pagamentos, defini o codinome 'piloto'."

Luciano Ribeiro Pizzato, Diretor de contratos da Odebrecht em Curitiba, em depoimento de 05/06/2018 (evento 5, inq4, p. 6-11), declarou que no final de janeiro de 2014 teve uma primeira reunião com Deonilson Roldo na qual foi solicitado a este que interferisse em favor do Grupo Odebrecht na licitação para duplicação da PR 323, a fim de afastar outros licitantes. Em uma segunda reunião, no início de fevereiro de 2014, Deonilson Roldo concordou em ajudar a Odebrecht, mas solicitou vantagem indevida aos executivos. Também se fez presente na reunião outro executivo da Odebrecht, Luciano Antônio Bueno Júnior. Posteriormente, foi procurado por Jorge Theodócio Atherino para a realização dos pagamentos. Restou acertado o pagamento de quatro milhões de reais, o que foi feito através do Setor de Operações Estruturadas, sendo os valores entregues em espécie em endereços fornecidos por Jorge Atherino. Transcrevem-se trechos:

"que na reunião Luis Bueno demonstrou a Roldo o interesse da companhia no projeto da PR 323 e questionou se Deonilson poderia ajudar a empresa neste propósito; que a ajuda de Roldo seria conversar com eventuais licitantes que se interessassem pelo projeto, a fim de que fossem convencidos a desistir da concorrência; que Deonilson respondeu que iria ver o que poderia fazer; (...) que neste primeiro encontro nada foi mencionado sobre uma contrapartida da Odebrecht na campanha do Governador;

(...)

que assim houve uma segunda reunião no mesmo horário da primeira no gabinete de Deonilson no terceiro andar do Palácio Iguazu; (...) que nesta segunda reunião Deonilson informou o Luiz Bueno que daria a ajuda solicitada pela companhia na licitação, mas contava também com a ajuda da companhia na campanha do Governador daquele ano, não falando de valores ou forma; que Luiz Bueno afirmou que iria iniciar uma conversa interna na companhia para viabilizar a ajuda financeira à campanha;

(...)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

que o Consórcio Rota 323 foi o único a apresentar proposta, sendo declarado vencedor, com adjudicação em abril de 2014;

(...)

que Atherino veio até o escritório da companhia e afirmou que estava cuidando da captação de recursos para campanha do Governador Beto Richa, questionando se a Odebrecht iria honrar o compromisso firmado entre Luiz Bueno e Deonilson; (...) que passados de dez a quinze dias o depoente foi numa reunião em São Paulo e Conversou com Luiz Bueno que informou que Benedito Júnior autorizou a Odebrecht a contribuir para a campanha de Beto Richa com quatro milhões de reais em recursos de caixa 2, não sabendo o depoente por qual razão não foram feitas doações formais; (...) que Luiz Bueno fez uma programação de pagamentos com o codinome Piloto, sendo que o depoente deveria entrar em contrato com a equipe do Setor de Operações Estruturadas para viabilizar esta doação; (...) que o depoente procurou Jorge Atherino para que este indicasse os endereços de entrega; que durante o mês de agosto de 2014 o depoente se encontrou pessoalmente com Jorge Atherino para receber os endereços de entrega no escritório de Atherino ou no escritório da Odebrecht; (...) que o valor de quatro milhões de reais foi pago integralmente, sendo que o sistema Drousys somente registrou o pagamento de 2,5 milhão de reais; (...) que o depoente tem certeza que os valores foram entregues porque posteriormente as datas das entregas confirmava com Atherino o recebimento indo pessoalmente ao escritório de Atherino ou mesmo enviando SMS; (...) que essas empresas [America e Tucumann] não tinham conhecimento do acerto da Odebrecht com o Governo, desconhecendo o depoente se eles tinham outro tipo de acerto ilícito."

Em novo depoimento à autoridade policial tomado em 14/08/2018 (evento 5, inq77, p. 2-4), Luciano Ribeiro Pizzato confirmou o anteriormente declarado.

Pedro Rache de Andrade, então Diretor da empresa Contern Construções e Comércio Ltda., prestou depoimento ao MPF e confirmou que foi procurado por Deonilson Roldo, tendo este solicitado que a empresa não participasse da licitação para duplicação da PR-323 pois havia um compromisso com a Odebrecht (evento 5, arquivo inq17, p. 7-9). Apesar do interesse da Contern, a empresa acabou ao final não participando da licitação. Transcreve-se trecho:

"que o depoente foi chamado no Palácio Iguazu no dia 24/2/2014 para conversar com Deonilson Roldo; que o depoente foi recebido uma ligação telefônica convocando para uma reunião; que na conversa Deonilson Roldo insistiu para que o depoente se afastasse da licitação [para duplicação da PR-323]; que o depoente se sentiu incomodado com o pedido e alegou que dependia da anuência de um grupo italiano que, na realidade, não existia; que o depoente alegou isso para protelar a resposta, tendo em conta o desconforto que a situação gerou; que Deonilson Roldo comentou com o depoente que havia um compromisso com a Odebrecht; (...)"

Em novo depoimento à autoridade policial, Pedro Rache de Andrade confirmou as suas declarações (evento 5, inq69, p. 7-21, inq72, p. 1-2, e fls. 1.073-1.089 do inquérito físico). Na oportunidade, ainda agregou que o edital de licitação tinha "inúmeras restrições ao caráter competitivo do certame, consistentes na exigência de capacidade técnica sem sentido pelo tamanho da rodovia", além do "capital social exigido que era de alguns bilhões". Confirmou ainda a autenticidade do áudio gravado de sua conversa com Deonilson Roldo que lhe foi então apresentado e do qual tratar-se-á adiante. Confirmou que ele mesmo efetuou a gravação e que o telefone usado era de Antônio Celso Garcia, vulgo Tony Garcia. Não soube, porém, explicar adequadamente o motivo da gravação ou o motivo do envolvimento de Antônio Celso Garcia.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Nelson Leal Júnior, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR ao tempo dos fatos, celebrou acordo de colaboração com o MPF. Descreveu em vários depoimentos, entre eles os termos de n.os 1, 15 e 15 (evento 8, anexo36, anexo37 e anexo38), um esquema de corrupção mais amplo envolvendo componentes do Governo do Estado do Paraná e confirmou o pagamento de propina pelo Grupo Odebrecht no contrato para duplicação da PR 323.

No termo de depoimento 15 (evento 8, anexo37), declarou que componentes do Governo do Estado do Paraná estariam divididos em relação à obra de duplicação da PR 323. De um lado José Richa Filho queria favorecer o Grupo Bertin, enquanto Deonilson Roldo queria favorecer o Grupo Odebrecht. Transcreve-se:

"que o colaborador, na qualidade de Diretor GEral do DER, tratou do tema tanto com Deonilson Roldo, quanto com José Richa Filho; que essa disputa interna no Governo, para determinar quem ganharia a licitação, existia porque tanto Deonilson Roldo, quanto José Richa Filho já tinham acertado o pagamento de vantagens indevidas com os grupos empresariais em questão, o que o colaborador veio a saber tempos mais tarde em conversa com Luiz Cláudio, chefe de gabinete de Pepe Richa; que Deonilson Roldo, além de acertar o pagamento de vantagem indevida com a Odebrecht, já tinha conseguido, a pedido de Carlos Alberto Richa, a entrada de três empresas próximas do governo no consórcio da PPP proposto pela Odebrecht; que as empresas que entraram no consórcio eram as seguintes, Tucumann, Gel Engenharia e America; que os proprietários de tais empresas José Maria Muller (Tucumann), Carlos Roberto Nunes Lobato (Gel Engenharia) e Alberto Rachedi (America), cujo filho era assessor de Carlos Alberto Richa; (...) que a entrada dessas empresas locais no consórcio indica que Carlos Alberto Richa teria uma participação no negócio, recebendo valores indevidos por intermédio de tais empresas, sendo que isso foi explicado ao depoente por Luiz Cláudio; que o favorecimento dos agentes públicos por parte dessas empresas se daria por intermédio da destinação de um percentual do faturamento futuro para este grupo político ao longo dos trinta anos de execução do contrato; (...) que, em seguida, a licitação foi realizada e o Consórcio Rota das Fronteiras se sabrou vencedor, sendo o único a apresentar propostas; que, em contrapartida, a Odebrecht prometeu pagar o valor total de quinze milhões de reais em vantagem indevida pela licitação ao Governo do Estado; que a briga entre Deonilson Roldo e José Richa Filho existiu porque a Contern tinha prometido pagar trinta e quatro milhões de reais em vantagem indevida, valor superior ao prometido pela Odebrecht; (...) que, no entanto, Deonilson Roldo e Carlos Alberto Richa determinaram a vitória da Odebrecht por causa da sociedade que teriam no negócio pela presença das empresas Tucumann, Gel Engenharia e America, que gerava um expectativa de ganhos futuros; que a vantagem indevida pela Odebrecht foi negociada entre Deonilson Roldo e Luciano Pizzatto, diretor de contratos da Odebrecht; que, na época da licitação, por várias vezes o colaborador encontrou Luciano Pizzatto no Palácio Iguazu, o qual ia até a sede do Governo para conversar com Deonilson Roldo; que, como a licitação foi realizada pelo DER, não havia nenhuma necessidade técnica que justificasse a presença de Luciano Pizzatto no Palácio Iguazu; (...) que parte do pagamento desse valor de vantagem indevida foi realizado por intermédio da pessoa de Jorge Atherino, no valor de 2,5 milhões, conforme relatado por Luiz Cláudio; que Jorge Atherino é pessoa muito próxima de Carlos Alberto Richa, sempre estando no Palácio Iguazu; que sabe que Atherino tem negócios em sociedade com a família do Governador, conforme faz prova um termo específico; que Carlos Alberto Richa e Jorge Atherino, através de pessoas interpostas, são sócios em algumas empresas de loteamento em Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais (...)"

No termo de depoimento 16 (evento 8, anexo38), Nelson Leal Júnior descreveu as relações entre Carlos Alberto Richa e Jorge Theodocio Atherino. Em síntese, declara que eles teriam relação pessoal próxima e que teriam investimentos imobiliários em conjunto, especificamente em loteamentos, acreditando o depoente que Carlos Alberto Richa seria



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

"sócio oculto". Sugere que o Governo do Estado teria adotado iniciativas para beneficiar os loteamentos e, de forma imprecisa, que recursos provenientes de crimes teriam sido utilizados nos investimentos ("que acredita que parte do dinheiro investido para realizar tais empreendimentos foi obtido por intermédio das arrecadações ilícitas feitas por Carlos Alberto Richa durante o seu Governo do Estado do Paraná").

Já no termo de depoimento 1 (evento 8, anexo 36), Nelson Leal Júnior descreveu um esquema criminoso mais abrangente. Segundo ele, "o Governo do Estado do Paraná possuía um esquema sistêmico de arrecadação de vantagem indevida junto a diversas empresas que possuíam contratos com o Poder Público". Informou que houve diminuição do esquema no segundo mandato do Governador por conta da Operação Lava Jato. Os líderes seria Carlos Alberto Richa, José Richa Filho, Deonilson Roldo, Ezequias Moreira Rodrigues e Luis Abi Antoun. Luiz Abi Antoun seria o principal operador dos recursos ilícitos, mas teria sido substituído após a sua prisão por Deonilson Roldo. O esquema afetaria o DER, o Porto de Paranaguá, a Sanepar, a Receita Estadual e a agência de Fomento Paraná. Os dirigentes de tais setores do Governo solicitariam vantagens indevidas às empresas com contratos com o Governo em contrapartida a benefícios específicos. Declarou que, por conta do esquema criminoso, recebeu cerca de trinta mil reais mensais adicionais ao seu vencimento de Diretor do DER/PR a partir de janeiro de 2013. Outros componentes do esquema criminoso também recebiam. Declarou ainda que "os valores utilizados para pagar as despesas de campanha de 2014 de Carlos Alberto Richa não foram totalmente usados na campanha, vez que Carlos Alberto Richa foi eleito no primeiro turno, havendo muita sobra de recursos que foi usada para enriquecimento pessoal por intermédio das empresas do Governador junto com Jorge Atherino".

Dos cinco depoentes que relatam os fatos, três celebraram acordos de colaboração com o MPF e outro aderiu acordo de leniência do Grupo Odebrecht, buscando benefícios legais de redução de penas.

Suas palavras devem ser vistas com reservas e sempre necessitam de corroboração.

Há, em cognição sumária, alguma prova de corroboração.

Não se pode olvidar, inicialmente, o depoimento de Pedro Rache de Andrade que é testemunha, não tendo a posição de colaborador, pois somente teve ciência dos crimes, deles não participando.

Um elemento relevante consiste em gravação efetuada, em 24/02/2014, por Pedro Rache de Andrade, então Diretor da empresa Contern Construções e Comércio Ltda., com Deonilson Roldo, então Chefe de Gabinete do Governador, sobre o contrato de duplicação da PR 323.

O áudio foi juntado pelo MPF no evento 1, anexo67, da ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000.

O áudio foi entregue ao MPF por Antônio Celso Garcia (evento 5, arquivo inq1, p. 16-17).



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

A gravação foi periciada (Informação n.º 0049/2018-NA/DELECOR/SR/PR/PR, evento 5, inq14, p. 15-18, e inq15, p. 1-4, p. 185-192 do inquérito físico; e Laudo 1367/2018/SETEC, evento5, inq66, p. 20-21, inq67, p. 1-22, inq69, p. 1-3, fls. 1.043-1.069 do inquérito físico).

A perícia confirmou a elevada probabilidade de que Deonilson Roldo seja um dos interlocutores mediante comparação com outros registros de voz. Também indicou que não foram localizados sinais de edições fraudulentas.

Na gravação, Deonilson Roldo teria solicitado, em síntese, a Pedro Rache de Andrade, que a empresa Contern não participasse da licitação da PR 323, com o argumento de que ele teria um "compromisso nessa obra aí". Diante da resistência de Pedro Rache de Andrade, Deonilson Roldo ofereceu a contrapartida do auxílio à empresa em contratos com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL para construção de térmicas no Complexo Aratu. Deonilson Roldo ainda chegou a perguntar se a Contern se disporia a participar da licitação oferecendo uma "proposta cobertura", ou seja, uma proposta já destinada a ser vencida apenas para dar a aparência de que teria havido concorrência real.

Transcrevem-se trechos mais relevantes, conforme Laudo 1367/2018/SETEC::

"Deonilson Roldo: Você tem planos para entrar na PPP, aqui da 323?"

Pedro Rache: eu tenho planos fortes.(...)

(...)

Deonilson Roldo: Nós temos uma ... uma... também temos interesse aí porque tá a primeira PPP do Estado [que a getne faz] e tem mais outras para saírem agora.

Pedro Rache: Sei.

(...)

Deonilson Roldo: É... Então, nós temos um cuidado, um cuidado muito grande aí para que as coisas não sejam... É... não tenha nenhum problema.

Pedro Rache: Certo.

Deonilson Roldo: Mas a gente tem uma, tem um compromisso nessa obra aí.

Pedro Rache: Certo.

Deonilson Roldo: E queria ver até onde a gente pode entrar nesse compromisso é... digamos ... respeitado. Conversou com muita gente no mercado.

Pedro Rache: Sei.

Deonilson Roldo: E aí ver qual é a possibilidade de entrar num entendimento aí. Porque é, enfim, é um negócio grande. É um negócio que a gente tem interesse que dê certo e tem outras para acontecerem aí que a gente quer que as coisas comecem de forma correta, né?

(...)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Deonilson Roldo: Eu te perguntei do assunto Copel, porque tá em andamento, hoje a tarde tá tendo uma reunião na Copel, o grupo tem uma negociação com a Copel em andamento.

Pedro Rache: Certo.

Deonilson Roldo: Para fechar talvez em final de março, possibilidade grande de fechar. É um negócio de quinhentos milhões mais ou menos. São seis térmicas no Complexo Aratu que a Copel tá...

(...)

Deonilson Roldo: Tá precisando de um parceiro. Quarenta e nove pro cento, a Copel tá negociando isso aí. Então a gente queria ver essa ... Em paralelo esses dois negócios.

(...)

Deonilson Roldo: Eu posso te dizer que se a gente não tiver entendimento, aí é possível que a gente postergue.

(...)

Deonilson Roldo: E a participação como, como cobertura?

(...)

Deonilson Roldo: Você tem condição de conversar com alguma pessoa agora? Saindo daqui, para ver o negócio da Odebrecht.

(...)

Pedro Rache: Deixa eu explicar... É.. eu preferia, nesse momento, eu não quero atender Odebrecht, eu quero atender o Governo. É diferente, tá?

(...)"

Embora a gravação tenha sido entregue ao MPF por pessoa condenada por crimes financeiros e pouco digna de crédito (Antônio Celso Garcia), a perícia realizada confere, em princípio, autenticidade à prova, o que foi confirmado pelo próprio Pedro Rache de Andrade em seu depoimento.

Não há, em princípio, ilicitude na gravação de conversa por um dos interlocutores, quer tenham os demais participantes conhecimento ou não da gravação.

No Brasil, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, após um período de amadurecimento da questão, firmou entendimento, em acórdão lavrado pelo eminente ex-Ministro Carlos Ayres Brito, pela validade das gravações efetuadas por um dos interlocutores e independentemente do conhecimento dos demais.

"QUESTÃO DE ORDEM. INQUÉRITO INSTAURADO A PARTIR DE CARTA DENÚNCIA E DE DEGRAVAÇÃO DE FITA MAGNÉTICA. GRAVAÇÃO AMBIENTAL. CONVERSAS NÃO PROTEGIDAS POR SIGILO LEGAL. AUSÊNCIA DE ILICITUDE. INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO DE AGENTE DETENTOR DE PRERROGATIVA DE FORO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. QUESTÃO DE



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

ORDEM RESOLVIDA, POR MAIORIA, PARA DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES NO STF . 1. É lícita a prova obtida mediante a gravação ambiental, por um dos interlocutores, de conversa não protegida por sigilo legal. Hipótese não acobertada pela garantia do sigilo das comunicações telefônicas (inciso XII do art. 5º da Constituição Federal). 2. Se qualquer dos interlocutores pode, em depoimento pessoal ou como testemunha, revelar o conteúdo de sua conversa, não há como reconhecer a ilicitude da prova decorrente da gravação ambiental. 3. A presença de indícios de participação de agente titular de prerrogativa de foro em crimes contra a Administração Pública confere ao STF o poder-dever de supervisionar o inquérito. 4. Questão de ordem resolvida no sentido da fixação da competência do Supremo Tribunal Federal para supervisionar as investigações e da rejeição da proposta de trancamento do inquérito por alegada ilicitude da gravação ambiental que motivou a abertura desse procedimento investigatório." (Inq 2116 QO / RR - Plenário do STF, Relator para o acórdão Min. Ayres Britto - por maioria - j. 15/09/2011 - DJe-042, de 29/02/2012)

Apenas para argumentação, não há também que se falar em violação do direito ao silêncio, uma vez que este é pertinente a interrogatórios policiais ou judiciais, visando prevenir que o acusado ou o investigado seja submetido à coação física ou moral para confessar, não tendo lugar, portanto, em conversas entre particulares quando ausente qualquer ambiente próprio à compulsão.

Por outro lado, o teor dos diálogos gravados confirma, em princípio, a interferência de Deonilson Roldo, na licitação da PR 323, para afastar licitantes e em benefício do Grupo Odebrecht, além da existência de um "compromisso" nesse sentido.

Também presentes nos autos registros documentais dos pagamentos de vantagem indevida.

Foi produzido o Laudo Pericial 1095/2018-SETEC/SR/PF/PR (fls. 143-164 do inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000, e evento 5, arquivos inqu11 e inqu12, destes autos) a fim de verificar se há registros no sistema de contabilidade informal da Odebrecht dos pagamentos efetuados ao codinome "Piloto".

Como se verifica no próprio laudo (fls. 14-19 do laudo), foram identificados pagamentos de R\$ 500.000,00 em 04/09/2014, de R\$ 500.000,00 em 11/09/2014, de R\$ 1.000.000,00 em 18/09/2014, de R\$ 1.000.000,00 em 25/09/2014, de R\$ 500.000,00 em 09/10/2014, ao codinome "Piloto", com entregas em endereços em São Paulo/SP. Os lançamentos estão, no próprio sistema, relacionados à obra "PR 323 - Rodovia PR 323".

Em um dos lançamentos consta a informação específica do local de entrega, "entregar na Alameda Lorena, 1.052, Jardins, apt. 62, ao Sr. Jorge às 15:00hs".

Segundo cadastros de CPF, Assunta Lunardelli Ninno reside no local (evento 8, anexo53). Ela é sócia minoritária da empresa Jade Turismo Ltda., também segundo o cadastro. Yonne Ninno Leite é sócia majoritária, conforme cadastro da Receita Federal do evento 8, anexo55, e também é mãe de Flora Leite Atherino (evento 1, anexo55), que, por sua vez, é cônjuge de Jorge Theodócio Atherino.

Segundo os documentos internos do Setor de Operações Estruturadas, as entregas de 18/09/2014 e 09/10/2014 teriam sido precedidas por repasses a contas no exterior do operador do mercado de câmbio negro Adolpho Julio da Silva Mello Neto (contas em



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

nome das off-shores Lauswold International, Carlentini International e Balmer Holdings Assets, mantidas no bancos Wachovia, Pershing e First Clearing nos Estados Unidos, e no First Caribbean no Caribe e no Multicredit Bank e Credicorp Bank no Panamá).

Segundo os documentos internos do Setor de Operações Estruturadas, a entrega de 11/09/2014 teria sido precedida por repasses ao operador do mercado de câmbio negro Álvaro José Galliez Novis, o que era providenciado mediante prévias transferências para contas no exterior de Rodrigo Tacla Duran e Wu-Yusheng e que, por sua vez, disponibilizavam reais a Álvaro José Galliez Novis.

Então a prova pericial confirma, em princípio, que, no sistema de contabilidade informal da Odebrecht, há lançamentos de pagamentos no total de R\$ 3.500.000,00 em favor do codinome "Piloto", que eles estão relacionados à obra na PR 323, sendo ainda apontada a ligação de um dos pagamentos com pessoa de nome "Jorge" e para endereço vinculado a Jorge Theodócio Atherino. Também confirma, em princípio, a prévia passagem dos valores por contas secretas controladas pela Odebrecht no exterior e por operadores do mercado de câmbio negro.

Há ainda uma série de provas circunstanciais, como registros de ligações telefônicas e encontros entre os investigados, além da identificação de operações financeiras suspeitas e inconsistências fiscais.

Destaco parte dessas provas.

Relevante destacar, previamente, que foram, a pedido da autoridade policial e do MPF, decretadas judicialmente quebras de sigilo de dados telefônicos, bancários e telemáticos dos investigados nos processos 5019253-56.2018.4.04.7000, 5019253-56.2018.4.04.7000 e 5019249-19.2018.4.04.7000.

A Odebrecht ainda encaminhou à Polícia Federal o computador e o telefone funcional utilizado por Luciano Ribeiro Pizzatto (evento 5, inq64, p. 8-9 e p. 11). Foram produzidos o laudo 1223/2018 sobre o celular (evento 5, inq64) e o laudo 1225/2018 sobre o notebook (evento 5, inq23). Foi produzido o Relatório de Polícia judiciária n.º 75/2018 sobre o material apreendido com Luciano Pizzatto (evento 5, inq65, p.7-13). Foi produzida a Informação 109/2018/Delecor sobre o encontrado encontrado no notebook (evento 5, inq65, p. 14-22, e inq66, p. 1-16).

Foram encontradas setenta e seis mensagens eletrônicas tratando de reuniões de Luciano Ribeiro Pizzatto com Deonilson Roldo (fls. 16-18 do arquivo inq65, evento 5).

Foi produzida a Informação 052/2018 pela Polícia Federal com base nos extratos dos terminais telefônicos utilizados por Luciano Ribeiro Pizzatto e que revela dezenas de ligações dele para Deonilson Roldo e dele também para Jorge Theodocio Atherino no período de 12/2013 a 10/2014 (evento 5, inq75, p. 4-21).

Foi produzida a Informação 064/2018 pela Polícia Federal e que revela dezenas de ligações entre Deonilson Roldo e Jorge Theodocio Atherino no período de 08/2014 a 08/2016 (evento 6, inf7)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Foi produzida a Informação 065/2018 pela Polícia Federal, com base nos dados obtidos na quebra judicial de sigilo bancário, sobre a movimentação bancária de Jorge Theodocio Atherino, empresas a ele ligadas e familiares próximos (evento 6, inf8).

Relevante destacar que Jorge Theodocio Atherino é usuário do endereço "jorge@rfparticipacoes.com.br, atrelado à empresa R.F Participações, da qual não é sócio, mas sim os seus familiares Flora Leite Atherino (esposa), Theodócio Atherino (filho), Nicole Leite Atherino (filha) e Roberta Leite Atherino (filha), conforme evento 1, anexo42, anexo43 e anexo46 do processo 5019253-56.2018.4.04.7000.

Flora Leite Atherino constaria no quadro social das seguintes empresas R. F. PARTICIPACOES LTDA (03.984.563/0001-50), GREEN PORTUGAL EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (13.794.099/0001-92), GREEN PLACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (14.978.182/0001-84), GREEN REAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (17.900.183/0001-02), GREEN CAMPOS EMPREENDIMENTOS LTDA (17.900.631/0001- 60), KRISSE AGROPECUARIA LTDA (79.556.635/0001-20), GREEN LOGISTICA LTDA (18.917.886/0001-06), GREEN MARIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.482.391/0001-56), GREEN HOLANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.824.757/0001-28), GREEN CAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.825.766/0001-33), GREEN ANY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.973.208/0001-15), GREEN PARTICIPACOES LTDA (20.085.987/0001-00), ASSOCIACAO RF (20.772.720/0001-82), GREEN PARADISE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (21.781.566/0001-78), GREEN CONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (24.163.625/0001-32), GREEN PANAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (24.763.962/0001-60), GREEN SAO JOSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (25.276.535/0001-10), GREEN COMPANY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.045.492/0001-60) e GREEN SILVER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.973.259/0001-47).

Já Jorge Theodocio Atherino consta ou constou no quadro social das empresas EROS EMPREENDIMENTOS LTDA (13.599.029/0001-83), TRTN LOCACOES DE MAQUINAS (15.080.041/0001-02), KRISSE AGROPECUARIA (79.556.635/0001-20), GREEN LOCACOES LTDA (30.216.610/0001-98), PR CONSTRUCOES E IMPORTACOES LTDA,

As sedes dessas empresas estão, quase todas, distribuídas em apenas dois endereços, na Rua Marechal Deodoro, nº 500, Centro, ou na Praça São Paulo da Cruz, nº 50, conjunto 801, Juvevê, sendo que a grande maioria das empresas não apresentou empregados registrados entre os anos de 2014 a 2017 (evento 1, anexo48, do processo 5019253-56.2018.4.04.7000).

A pedido da autoridade policial e com a concordância do MPF, foi autorizada no processo 5029006-37.2018.4.04.7000 a interceptação dos investigados. A análise dos diálogos interceptados confirma, em princípio, que Jorge Theodócio Atherino é o controlador de fato de todas as empresas, utilizando seus familiares como pessoas interpostas ou subordinados. Do auto de interceptação 02-A/2018 no processo 5029006-37.2018.4.04.7000 (evento 33, inf2), extraio a seguinte síntese efetuada pela autoridade policial:



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

"JORGE ATHERINO é o efetivo controlador da empresa RF PARTICIPAÇÕES e de todos os empreendimentos ligados

Sua cônjuge, FLORA, suas filhas ROBERTA e NICOLE e os cônjuges destas, RAFAEL e DANIEL KUHN figuram como titulares, provendo os seus nomes na forma de assinaturas em documentos referentes a transações financeiras dos empreendimentos de JORGE ATHERINO.

O filho THEODOCIO JORGE ATHERINO tem participação menor no gerenciamento de alguns negócios, restringindo-se à parte operacional, assim como NICOLE LEITE ATHERINO, responsável pelo "café".

Foi identificada movimentação de cerca de quinhentos e sessenta e um milhões de reais entre 01/2014 a 05/2018 dessas empresas relacionadas Jorge Theodocio Atherino (Informação 065/2018 da Polícia Federal, evento 6, inf8).

Houve intensa movimentação em espécie, com cerca de R\$ 15.348.088,08 recebidos nas contas mediante depósitos em espécie.

De certo relevo, consta a informação de que, entre 05/09/2014 a 30/09/2015, mesmo período das entregas em espécie pelo Setor de Operações Estruturadas, foram encontrados depósitos em espécie de cerca de R\$ 3.426.818,27 nas contas de Jorge Theodocio Atherino e suas empresas cujos depositantes não foram identificados. Transcreve-se:

"No período de foco da análise (05/09/2014 a 30/09/2015) o total de depósitos em espécie recebido de depositantes não identificados foi de R\$ 3.426.818,27, o qual também é digno de nota pela proximidade com o valor constante no sistema de operações estruturadas da Odebrecht supostamente recebido por Jorge Atherino." (fl. 16 da Informação 065/2018)

Tais depósitos em dinheiro podem ter por origem os valores recebidos em espécie do Setor de Operações Estruturada do Grupo Odebrecht.

Foi também produzida a Informação 067/2018 pela Polícia Federal a respeito de outras movimentações financeiras investigadas (evento 6, arquivo inf10).

Dos pagamentos efetuados por Jorge Theodocio Atherino, empresas a ele ligadas e familiares próximos, foram encontradas transferências em favor de Ezequias Moreira Rodrigues (fl. 7), a Lucia Jovita Inácio, servidora pública do Município de Curitiba, atualmente cedida para a Sanepar e que trabalhou dezesseis anos com Carlos Alberto Richa (fl. 7 da Informação 067/2018 e fl. 152 da representação policial), a empresas relacionadas a familiares de Carlos Alberto Richa (fl. 8) e ainda movimentações suspeitas, como os pagamentos à Louvre Solution Serviços Administrativos Ltda. (fl. 9). Ainda segundo as informações as contas de Flora Leite Atherino teriam características de servirem como contas de passagens (fls. 4-5).

Identificadas ainda, em relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, diversas operações suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo as empresas de Jorge Theodocio Atherino ou em nome de seus familiares, entre elas a RF Participações Ltda. (Relatório 33599.3.138.4851, evento 1, anexo51, do processo 5019249-19.2018.4.04.7000). Destaco as seguintes:



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

- quarenta operações de saques de valores, entre 04/01/2016 a 03/08/2017, na conta da R.F Participações Ltda, cujo procurador é Tiago Correa Adriano Rocha, e que somaram R\$ 977.263,00 (fl. 11 do RIF);

- depósito em espécie no valor de R\$ 64.000,00, realizado em 21/03/2018, por Tiago Correa Adriano Rocha, na conta da R.F Participações Ltda (fl. 11 do RIF, e evento 1, anexo 53); e

- depósito em espécie no valor de R\$ 200.000,00, realizado em 30/07/2015, por Tiago Correa Adriano Rocha, na conta da empresa Green Maria Empreendimentos (fl. 7 do RIF).

A Receita Federal produziu, com base na quebra de sigilo fiscal, análise das declarações de rendimentos e dados fiscais dos investigados (IPEI PR20180028, evento 8, anexo59).

Foi constatado que Jorge Theodocio Atherino não teria patrimônio e movimentação financeira significativas em nome próprio. Entretanto, constatado que sua esposa Flora Leite Atherino teria movimentação financeira de cerca de 9,3 milhões de reais em 2014, mas rendimentos declarados de apenas 5,9 milhões de reais. Também constatado que ela, nas declarações de 2014 e 2016, declarou elevada titularidade de valores em espécie, R\$ 4.100.000,00, o que é bastante incomum. A posse de quantidade expressiva de valores em espécie é expediente usualmente utilizado para lavagem dinheiro, já que o crime gera, com frequência valores dessa natureza.

Jorge Theodócio Atherino, ouvido pelo Ministério Público em Inquérito Civil, revelou que trabalharia com a RF Participações e que teria tido investimentos com familiares de Carlos Alberto Richa através das empresas Green Gold Empreendimentos Imobiliários e Ocaporã Administradora de Bens Ltda. (fls. 126-127 da representação policial, evento 1). Explicou ainda que as empresas com os nomes compostos por "Green" seriam loteamentos imobiliários, constituídos para aquisição dos terrenos, vendas e encerramento posterior. A Ocaporã, por sua vez, é empresa titularizada por familiares de Carlos Alberto Richa.

No cipoal corporativo, várias das empresas tem por contador Dirceu Pupo Ferreira, que visitou Jorge Theodocio Atherino por diversas vezes desde 01/2014 na RF Participações (fl. 137 da representação policial, evento 1).

Considerando as provas, em cognição sumária, do envolvimento de Jorge Theodócio Atherino no recebimento dos valores pagos pelo Setor de Operações Estruturados da Odebrecht, as movimentações financeiras atípicas detectadas e as inconsistências fiscais, há fundada suspeita de que as empresas em nome dos familiares dele e as contas em nome dos familiares dele tenham sido utilizadas para movimentar vultosos valores em espécie ou para lavar dinheiro de origem criminosa, misturadas a recursos de origem lícita.

Relativamente à Deonilson Roldo, consta, na Informação 067/2018 produzida pela Polícia Federal (evento 6, arquivo inf10), que a empresa Start Agência de Notícias, de titularidade de Deonilson Roldo, recebeu cerca de R\$ 135.000,00 em depósitos em espécie no



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

período entre 09 a 12/2014, ou seja, no período correspondente e próximo às entregas de valores pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht (fls. 10-11).

Embora não se trate de um valor tão expressivo, ele é significativamente superior ao padrão de recebimento de depósitos em espécie pela mesma conta em outros períodos, como se verifica no quadro de fl. 10 da Informação 067/2018. Destaque-se ainda que a empresa nunca registrou empregados, muito embora pague dividendos a Deonilson Roldo.

O MPF, na denúncia apresentada na ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000, relacionou R\$ 75.000,00 fracionados em trinta e cinco depósitos em espécie no período de 09 a 10/2014 às entregas de valores pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, à lavagem de dinheiro.

Na análise fiscal, constam ainda que foram identificados empréstimos de Deonilson Roldo a pessoa de Homero Felini Pasqueti, de R\$ 802.148,00 em 2016, e de R\$ 515.000,00 em 2017. Referida pessoa é empresário e conselheiro da JARI/DETRAN/PR. As operações são atípicas pois o patrimônio declarado de Deonilson Roldo seria de cerca de três milhões, causando estranheza a realização de um empréstimo para terceiro de quase metade do valor do patrimônio.

A análise da quebra de sigilo de dados telefônicos levou ainda o MPF à conclusão de que há indícios de que Luis Abi Antoun e Jorge Theodócio Atherino se encontrariam em São Paulo nas datas das entregas dos valores pelo Setor de Operações Estruturadas. Também identificados contatos telefônicos deles com Ezequias Moreira Rodrigues nestas mesmas datas. Como consta na fl. 20 do parecer do MPF (evento 8):

"A partir da identificação das datas e locais de entrega, foi possível realizar o cruzamento via a análise das ERBs sobre a presença de LUIZ ABI ANTOUN e JORGE ATHERINO e ou de pessoa a ele relacionada em São Paulo nas datas de entrega da propina, bem como o registro de comunicações entre os investigados, conforme Relatório de Informação nº 96/2018 elaborado pela ASSPA/PRPR (ANEXO 64). Também foi possível identificar contatos frequentes destas pessoas com EZEQUIAS MOREIRA nas datas das entregas."

Nas fls 20-27 do parecer, o MPF buscou realizar a demonstração analítica de sua afirmação.

Também relevante e mais do que prova circunstancial, foi identificada mensagem eletrônica de Luciano Ribeiro Pizzato destinada a ele mesmo (provavelmente como lembrete) com anotações sobre a licitação da duplicação da PR 323 e expressa referência ao codinome "Piloto", conforme evento 8, anexo 65. Reproduz-se:

"Assunto: 1. Derrubar liminar até 06.03.

De: Luciano Pizzatto l Gmail <pizzatto72@gmail.com.

Data: 03/03/2014 19:07

1. Derrubar liminar até 06.03.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

2. Ajustar data para 12.03.
3. Revisar o tema 3 trincheiras. Repassar na tarifa e avisar PP.
4. Monitorar a emissão HSBC e BB. Ver com felberg como trazê-los conosco.
5. Amigo acerta com PP detalhes para 06.03.
6. Avaliar conversa com Piloto sobre M e Alep."

Sobre a mensagem, oportuna a transcrição da seguinte interpretação do MPF (fls. 16-17 do parecer do evento 8):

"O primeiro item se trata da antecipação de tutela deferida pela 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba que suspendeu o andamento do certame. O segundo item provavelmente se trata da nova data para entrega das propostas, o que demonstra grande ingerência da ODEBRECHT junto ao Governo do Estado do Paraná, pois objetivava marcar a nova data, tanto é que, em 11/03/2014, NELSON LEAL JUNIOR emitiu aviso marcando nova data para o recebimento e abertura dos envelopes do certame, o que ocorreria no dia 14/03/2014. No mesmo sentido, o terceiro item demonstra interferência no sentido de revisar um tema do projeto, além de repassar o valor da tarifa que a ODEBRECHT apresentará em sua proposta para a pessoa identificada como "PP". "PP" refere-se provavelmente a PEPE, como é conhecido publicamente JOSÉ RICHA FILHO. Ou seja, a ODEBRECHT buscou apresentar sua proposta antecipadamente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística.

O quinto item deixa claro que LUCIANO PIZZATO contava com alguém para manter interlocução com JOSÉ RICHA FILHO, como se verifica na pessoa identificada como "Amigo", que acertaria detalhes de algo com "PP". O sexto item é grave, pois LUCIANO PIZZATO avaliava conversar com "Piloto", codinome atribuído a CARLOS ALBERTO RICHA, sobre MP e ALEP. Este ponto será tratado mais a frente, pois se trata de omissão de LUCIANO PIZZATTO. As circunstâncias indicam que "Amigo" se trata de JORGE ATHERINO, diante do contato constante que LUCIANO PIZZATTO e JORGE ATHERINO desenvolveram."

Presentes também nos autos documentos relativos à licitação, cujo edital foi publicado em 24/01/2014 (Concorrência 01/2014), evento 5, inq45, p. 17-39, inq46, inq47, inq48, inq49, 1-7, inq56, inq57, inq58 e inq59, e sobre o contrato, este com o valor de R\$ 7.886.572.352,18 (evento 6, inq68, p. 12-17, inq70, inq71, p. 1-10, inq73, inq74). A duplicação acabou não sendo realizada, tendo o contrato sido rescindido em 25/05/2017, já que não se obteve o financiamento necessário (evento 5, inq62, p. 6-12).

Essas em síntese as provas mais relevantes até momento.

Embora sejam prematuras conclusões, há em cognição sumária, algumas provas de corroboração do relato dos quatro criminosos colaboradores e ainda de uma testemunha consistentes na gravação do diálogo entre Pedro Rache de Andrade e Deonilson Roldo, no laudo pericial com os registros dos pagamentos feitos ao Setor de Operações Estruturadas a "Piloto", com elementos que apontam o envolvimento de Jorge Theodocio Atherino, na mensagem eletrônica alusiva ao episódio, nos dados de encontros pessoais e ligações telefônicas no período dos fatos entre Luciano Ribeiro Pizzato, Deonilson Roldo e



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Jorge Theodocio Atherino, nos dados telefônicos no período dos fatos que indicam o envolvimento de Luis Abi Antoun e de Ezequias Moreira Rodrigues, e nas diversas operações financeiras suspeitas de Jorge Theodocio Atherino e de Deonilson Roldo.

Os fatos caracterizam em tese crime de corrupção, fraude à licitação e ainda de lavagem de dinheiro, seja pelos estratagemas do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht para a transferência subreptícia do numerário, sejam pelos expedientes adotados após o recebimento.

Além da materialidade dos crimes, presentes provas suficientes de autoria em relação aos executivos da Odebrecht, aos empregados do Setor de Operações Estruturadas, aos doleiros que lhe prestavam serviços, e ainda a Deonilson Roldo e Jorge Theodocio Atherino.

Há ainda fundada suspeita do envolvimento de outras pessoas nos mesmos crimes, como Luis Abi Antoun e de Ezequias Moreira Rodrigues

Não se trata, em princípio, de meras doações eleitorais não registradas, pois os pagamentos tiveram uma contrapartida, a atuação do Chefe de Gabinete do então Governador para reduzir a concorrência da licitação para duplicação da PR-323 em benefício do Grupo Odebrecht.

Ademais, apesar dos pagamentos terem sido solicitados a pretexto de contribuição de campanha, o rastreamento bancário até o momento efetuado não confirmou o direcionamento dos valores com esse propósito, antes havendo indícios de que serviram para enriquecimento pessoal de parte dos envolvidos.

Diante deste conjunto de provas, pretende a autoridade policial, secundada pelo MPF, buscas e apreensões, prisões temporárias e preventivas.

4. Necessário pela peculiaridade do caso, examinar, antes do exame final dos requerimentos, um pouco mais longamente a competência.

Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lava jato.

No âmbito dessas investigações, foi descoberto que o Grupo Odebrecht teria pago sistematicamente vantagem indevida a agentes da Petróleo Brasileiros S/A - Petrobrás, o que levou a condenação na ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000 de dirigentes da Petrobrás e da Odebrecht.

Ainda no desdobramento das investigações, foi descoberta a existência, no Grupo Odebrecht, do assim denominado Setor de Operações Estruturadas, consistente em um departamento específico encarregado, na empresa, de realizar pagamentos não-contabilizados, entre eles de vantagem indevida a agentes públicos.

Tal descoberta ocorreu em processos em trâmite perante este Juízo, especialmente nos de n.os 5010479-08.2016.4.04.7000 e 5003682-16.2016.4.04.7000.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Já levou a condenações criminais, como no 5054932-88.2016.4.04.7000 e 5035263-15.2017.404.7000, por exemplo.

Diversas outras ações penais que envolvem supostas vantagens indevidas pagas pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht tramitam perante este Juízo, como as de n.os 5023942-46.2018.4.04.7000 e 5017409-71.2018.4.04.7000.

Foram inequivocadamente os processos em trâmite perante este Juízo que levaram os executivos do Grupo Odebrecht a celebrar acordos de colaboração com a Procuradoria Geral da República e homologados pelo Supremo Tribunal Federal.

A partir daí, o Supremo Tribunal Federal reteve, sob sua jurisdição, os depoimentos relativos a detentores de foro privilegiado perante ele e promoveu o desmembramento e a distribuição dos depoimentos para vários Juízos no país.

Entre os processos encontravam-se depoimentos de executivos da Odebrecht sobre supostos pagamentos efetuados no interesse de Carlos Alberto Richa em 2008, 2010 e 2014. Os pagamentos, segundo os relatos, teriam sido efetuados pelo Setor de Operações Estruturadas, sendo o beneficiário identificado, inicialmente, por "Brigão" e "Piloto".

Os depoimentos geraram a instauração do inquérito 1.181 que tramitava perante o Superior Tribunal de Justiça.

Após Carlos Alberto Richa renunciar ao cargo de Governador do Estado do Paraná, o eminente Ministro Og Fernandes do Superior Tribunal de Justiça determinou a remessa do inquérito à Justiça Eleitoral para apuração de eventual crime eleitoral e cópia dele a este Juízo para apuração dos crimes comuns (evento 1, arquivo inic1, 5018185-71.2018.4.04.7000).

Perante este Juízo, a cópia do inquérito foi distribuída como inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000

Este julgador, por despacho de 10/05/2018 (evento 22 do inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000), reconheceu provisoriamente a sua competência para apurar os supostos crimes de corrupção e lavagem consistentes nos repasses de cerca de 3,5 milhões de reais em 2014, já que teriam presentes a contrapartida da intervenção de autoridade governamental para direcionar a licitação para duplicação da PR 323 para o Grupo Odebrecht. Descartou, por sua vez, a competência para os repasses de 2008 e 2010 diante dos indícios de que se trataria de doações eleitorais não registradas apenas, ou seja, crime eleitoral.

Ocorre que, em 20/06/2018, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça julgou agravo regimental contra a decisão do Ministro Og Fernandes no Inquérito 1.181 (evento 75 do inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000). Decidiu-se, desta feita, que o inquérito deveria ser remetido integralmente ao Juízo eleitoral, ao qual caberia a decisão sobre a reunião das investigações do crime eleitoral com o crime comum ou o desmembramento:

"(...) deu provimento ao agravo regimental interposto por Carlos Alberto Richa, para que a cópia do inquérito 1181/DF encaminhada a esse Juízo em 26/04/2018, por meio do Ofício 1465/2018-CESP, seja, imediatamente, encaminha à Justiça Eleitoral de primeiro grau no



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Estado do Paraná a quem caberá avaliar se há competência exclusiva ou concorrente."

Diante do decidido, este Juízo determinou, em 25/06/2018, a remessa do inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000 à Justiça Eleitoral (evento 78).

Na Justiça Eleitoral, a ilustre Juíza de Direito Mayra Rocco Stainsack da 177ª Zona Eleitoral decidiu, em 28/06/2018, pelo desmembramento das investigações, permanecendo na Justiça Eleitoral a apuração do eventual crime do art. 350 do CPP e devolvendo à Justiça Federal a apuração dos eventuais crimes de corrupção e lavagem de dinheiro (evento 92 do inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000).

Não obstante, em liminar datada de 30/07/2018 no Recurso Criminal 27-54.2018.6.6.16.0177, Desembargador Federal componente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná suspendeu os efeitos do desmembramento, decidindo pela manutenção das investigações perante a Justiça Eleitoral (evento 113).

Supervenientemente, a ilustre Juíza de Direito Mayra Rocco Stainsack da 177ª Zona Eleitoral acolheu, por decisão de 27/08/2018, promoção de arquivamento do Ministério Público Eleitoral do Paraná em relação ao crime eleitoral do art. 350 do Código Eleitoral e, por consequência do inquérito eleitoral, e sem prejuízo da continuidade das investigações perante a Justiça Federal dos crimes de sua competência (evento 11, arquivo inq3).

De fato, apesar dos pagamentos terem sido solicitados a pretexto de utilização na campanha eleitoral, o rastreamento bancário não confirmou até o momento esta hipótese, antes sugerem que os valores possam ter sido utilizados para enriquecimento pessoal como indicam os depósitos fracionados na conta da empresa Start.

E, de todo modo, havendo pagamentos com contrapartida, caracteriza-se, pelo princípio da especialidade, o crime de corrupção e não o crime do art. 350 do Código Eleitoral. Assim, os indícios são no sentido de que não era "mero caixa dois" de campanha eleitoral.

Diante do fato superveniente, com o arquivamento do inquérito eleitoral, fator que fixava a competência da Justiça Eleitoral, o MPF apresentou a denúncia na ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000 e a autoridade policial formulou a presente representação.

Diante do arquivamento do inquérito eleitoral, a competência é da Justiça Federal e em particular deste Juízo.

É certo que Deonilson Roldo ocupava ao tempo dos fatos o cargo de Chefe de Gabinete do então Governador do Estado do Paraná, agente público estadual.

Há, porém, peculiaridade relevante que desloca a competência para a Justiça Federal, a utilização do Setor de Operações Estruturadas para os pagamentos.

Como já revelado em outros casos e como revelado pelos Laudos 225/2012 e 808/2018, juntados aos autos por mídia (fl. 142 do inquérito 5018185-71.2018.4.04.7000) e Laudo Pericial 1095/2018-SETEC/SR/PF/PR (fls. 143-164 do inquérito 5018185-



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

71.2018.4.04.7000 e evento 5, arquivos inqu11 e inqu12), o Grupo Odebrecht realizava pagamentos de propinas a agentes públicos pelo Setor de Operações Estruturadas com especial sofisticação.

Os recursos eram gerados em contratos e obras públicas obtidas pelo Grupo Odebrecht no exterior e depositados em contas no exterior do Grupo Odebrecht. Em seguida, os valores eram repassados a diversas contas em nome de off-shore e que eram controladas por prestadores de serviços exclusivos para o Grupo Odebrecht, especialmente Olívio Rodrigues Júnior. Entre estas, contas em nome de off-shore Klienfeld Services e Innovation Research, as mesmas utilizadas para repasses a executivos da Petrobrás.

Dessas contas, eram efetuados repasses a contas em nome de off-shores cujos beneficiários finais eram agentes públicos, como executivos da Petrobrás (como provado na ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000), com o pagamento de propina sendo consumado no exterior.

Quando, porém, o Grupo Odebrecht resolvia efetuar pagamentos de propinas em espécie no Brasil, os valores mantidos nas contas controladas por Olívio Rodrigues Júnior eram repassados a contas em nome de off-shores controladas por doleiros brasileiros e estes disponibilizam o equivalente em reais no Brasil ao Grupo Odebrecht ou diretamente aos beneficiários dos acertos de corrupção, em uma operação do tipo dólar cabo.

Assim, mesmo pagamentos em reais em espécie envolviam transações e compensações internacionais em contas secretas no exterior.

A autoridade policial, em sua representação, descreveu tais operações mais circunstanciadamente nas fls. 18-25 de sua representação (evento 1).

E o MPF denunciou não só os executivos da Odebrecht responsáveis pela decisão de pagar a propina, mas também os executivos, empregados e prestadores de serviços do Setor de Operações Estruturadas que operacionalizaram o pagamento (ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000).

Tendo as operações sido executadas em parte no exterior, a competência é da Justiça Federal.

Afinal, o Brasil assumiu o compromisso de prevenir ou reprimir os crimes de corrupção e de lavagem transnacional, conforme Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 e que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006. Havendo previsão em tratado e sendo os crimes de corrupção e lavagem transnacionais, incide o art. 109, V, da Constituição Federal, que estabelece o foro federal como competente.

Por outro lado, há a conexão com as investigações em trâmite neste Juízo sobre o próprio Setor de Operações Estruturadas como adiantado. Todas as provas, inclusive o próprio sistema de contabilidade informal, foram colhidas em processos deste Juízo e a encontram-se à disposição dele.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Foram ainda utilizados mecanismos comuns de lavagem de dinheiro, as mesmas contas secretas, os mesmos operadores do mercado de câmbio negro, o mesmo modus operandi, de forma a justificar, provisoriamente, a fixação da competência perante este Juízo, pelo menos em relação aos crimes consumados em território sujeito a sua jurisdição específica, no Estado do Paraná.

Como se não bastasse, o próprio Superior Tribunal de Justiça determinou inicialmente a remessa de cópia do inquérito 1.181 a este Juízo Federal. Depois ressaltou a competência da Justiça eleitoral e que caberia a ela a decisão sobre o desmembramento das investigações. A competência da Justiça Eleitoral ficou, porém, prejudicada pelo arquivamento do inquérito pelo crime eleitoral.

Assim, em síntese, o caso envolve acusação de pagamento de vantagem indevida a Deonilson Roldo, por seu cargo de Chefe de Gabinete do Governador do Estado do Paraná, propina esta paga pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, mediante operações financeiras em parte transnacionais, e que foi descoberto em investigações em trâmite perante este Juízo, inserindo-se no contexto dos processos da Operação Lavajato. Prossegue-se ainda a investigação para rastreamento completo dos valores e para elucidação completa de supostas operações de lavagem do próprio agente corrompido, de Jorge Theodocio Atherino e associados.

Ressalve-se que toda afirmação de competência é provisória na fase de investigação. Caso sejam apresentadas exceções de incompetência na ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000 , haverá nova análise.

Definida a competência deste Juízo e examinadas as provas, analiso especificamente os requerimentos.

5. Pleitou a autoridade policial a prisão preventiva de Deonilson Roldo, Jorge Theodócio Atherino e Luciano Ribeiro Pizzato.

A prisão de Luciano Ribeiro Pizzato foi requerida sob o fundamento de que ele, apesar de colaborador, teria omitido fatos relevantes em seu relato acerca do envolvimento de outras pessoas.

O MPF concordou com a prisão preventiva dos dois primeiros.

Relativamente aos três, há, conforme análise já efetuada, prova suficiente de materialidade e autoria de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, sendo que, em relação a Deonilson Roldo e Luciano Ribeiro Pizzato, também há provas de autoria em relação ao crime de fraude à licitação.

Não se trata de um crime trivial, mas do pagamento de pelo menos 3,5 milhões de reais para direcionar licitação em favor do Grupo Odebrecht, com utilização de sofisticado sistema de ocultação e dissimulação do produto do crime, inclusive com utilização de contas secretas no exterior e diversas transações subreptícias no Brasil.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Além disso, após o recebimento do dinheiro, há prova, em cognição sumária, de que foram submetidos a complexas operações de lavagem em esquema criminoso que transcende o produto do crime de corrupção em questão.

Presentes, portanto, os pressupostos da prisão preventiva, boas provas de materialidade e de autoria.

Resta analisar a presença dos fundamentos.

Relativamente a Luciano Ribeiro Pizzatto, reputo correta a ponderação do MPF. Apesar de possíveis omissões em seu relato, isso não é suficiente para justificar a prisão preventiva. Deve ele ser confrontado com os fatos, após o que deve ser analisado se devem ser mantidos ou não os benefícios decorrentes da colaboração.

Reputo presente risco à ordem pública.

O contexto não é de envolvimento ocasional em crimes de corrupção, mas da prática de crimes de grande corrupção e de complexas operações de lavagem de dinheiro.

Segundo o depoimento de Nelson Leal Júnior, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado no Paraná, especialmente no termo 1 (evento 8, anexo36), o crime de corrupção e lavagem relativo à duplicação na PR 323 insere-se em um contexto mais amplo, de um esquema de corrupção sistêmica, com cobrança sistemática de vantagem indevida de empresas fornecedoras de diversos setores do Governo do Estado do Paraná. Jorge Theodocio Atherino teria um papel central no recebimento e ocultação e dissimulação desses recursos. Deonilson Roldo seria um dos líderes do esquema criminoso e teria substituído Luis Abi Antoun, após a prisão deste, como o principal operador do esquema de arrecadação de recursos ilícitos de empresas fornecedoras do Governo do Estado. Transcrevem-se trechos:

"o Governo do Estado do Paraná possuía um esquema sistêmico de arrecadação de vantagem indevida junto a diversas empresas que possuíam contratos com o Poder Público;

(...)

que o esquema ilícito era capitaneado pelas pessoas de Carlos Alberto Richa, José Richa Filho, Deonilson Roldo, Ezequias Moreira Rodirques e Luis Abi Antoun; que Luiz Abi era o principal operador de recursos ilícitos para campanha e em relação a vantagens indevidas recebidas pelo governador; que após a prisão de Luiz Abi em junho de 2015, Deonilson Roldo assumiu este posto;

que tal esquema existia em diversas áreas do Governo, dentre as quais o colaborador pode citar as seguintes: DER, Porto de Paranaguá, Sanepar, Receita Estadual e Fomento Paraná;

que os presidente ou diretores de tais setores do Governo solicitavam vantagens indevidas às empresas privadas que possuíam contratos com o poder público; que, em contrapartida, diversos atos de ofício eram realizados por tais pessoas em prol de tais empresas;

que o montante da proina paga por tais empresas variava, em em muitos casos era estabelecido um percentual de propina a partir do valor do contrato da companhia com o poder público;



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

que o depoente assumiu o cargo de diretor geral do DER/PR em janeiro de 2013, sendo que o salário era muito baixo; que em razão disso Pepe Richa disse que o depoente deveria procurar Neco - Aldair Petry - que este iria complementar o salário do depoente com uma mesada de trinta mil reais que seria proveniente das empresas que mantinham contrato com o DER/PR;

que tanto os valores de vantagem indevida e de campanha entravam em uma espécie de 'caixa único de arrecadação indevida' e eram distribuídos entre diversas pessoas, mas possuíam como principais destinatários Carlos Alberto Richa e José Richa Filho;

que tais valores eram utilizados tanto para pagar despesas pessoais das pessoas envolvidas no esquema ilícito, quanto para financiar campanhas eleitorais; que os valores utilizados para pagar as despesas de campanha de 2014 de Carlos Alberto Richa não foram totalmente usados na campanha vez que Carlos Alberto Richa foi eleito no primeiro turno, havendo muita sobra de recursos que foi usada para enriquecimento pessoal por intermédio das empresas do governador junto com Jorge Atherino e outra parte foi remetida por Luiz Abi para o Paraguai, possivelmente para utilização futura;

que Luiz Abi foi preso em junho de 2015, sendo que em razão disso Deonilson Roldo assumiu a função de principal operador de vantagem indevida para o Governador Beto Richa, gerenciando o caixa único de arrecadações; (...)"

Embora as revelações de Nelson Leal Júnior precisem ser melhor investigadas, já há alguma corroboração. Por exemplo, os próprios fatos que levaram à decretação da prisão preventiva dele, no processo 5052288-41.2017.404.7000, que envolviam recebimento por ele e por outros agentes públicos, inclusive por agente lotado na Casa Civil do Estado do Paraná, de vantagens indevidas pagas por concessionária de pedágio no Estado do Paraná (Econorte - Empresa Concessionária de Rodovias do Norte). Outro exemplo, os fatos atinentes à corrupção e lavagem no contrato da duplicação da PR 323, já verificado, anteriormente e em princípio, a existência de provas de corroboração

Além disso, o volume das operações financeiras suspeitas de lavagem de dinheiro atribuídas Deonilson Roldo e Jorge Theodocio Atherino parece transcender o crime de lavagem em relação vantagens indevidas recebidas no contrato da duplicação da PR 323, o que é indício de envolvimento em outros crimes de corrupção ou em lavagem de outros crimes de corrupção. A ilustrar, a movimentação financeira de mais de quinhentos milhões de reais das empresas de Jorge Theodocio Atherino e com mais quinze milhões recebidos em espécie.

Chama ainda a atenção o fato de que os crimes foram cometidos no segundo semestre de 2014, quando a Operação Lava Jato já havia adquirido certa notoriedade, tendo, entre as investigadas, a Construtora Norberto Odebrecht.

Isso significa, em cognição sumária, que nem mesmo o início dessas investigações e a sua notoriedade foram suficientes para prevenir que ambos, Deonilson Roldo e Jorge Theodocio Atherino, solicitassem vantagem indevida de executivos do Grupo Odebrecht, recebessem o dinheiro e ocultassem e dissimulassem o produto do crime.

Tal comportamento indica o caráter serial das condutas de corrupção e lavagem e indicam a prisão preventiva como necessária para interrupção da prática de novos crimes.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Sobre o caráter serial da corrupção, pertinente o seguinte comentário do magistrado italiano Piercamilo Davigo, atualmente na Corte de Cassação italiana e que atuou na conhecida Operação Mãos Limpas":

"As investigações revelaram que a corrupção é um fenômeno serial e difuso: quando alguém é pego com a boca na botija, normalmente não é sua primeira vez. Além disso, os corruptos tendem a criar um ambiente favorável à corrupção envolvendo outros indivíduos no crime, de modo a conquistar sua cumplicidade até que as pessoas honestas estejam isoladas. Isso induziu a encarar esses crimes com a certeza de que não se tratavam de comportamentos casuais e isolados, mas de delitos seriais que envolviam um número relevante de pessoas, a ponto de criar mercados ilícitos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. Operação Mãos Limpas. Porto Alegre: Citadel, 2016, p. 17)

E ainda:

"... os aspectos seriais e de facilidade de difusão desses delitos [de corrupção] resultam quase sempre na reincidência. A experiência também ensina que esse perigo não diminui nem mesmo com o afastamento dos corruptos dos cargos públicos, porque dali a pouco eles se encontram exercendo o papel de intermediários entre os velhos cúmplices não descobertos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. op. cit, 2016, p. 18)

A esse respeito, de se destacar os precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça em diversos habeas corpus impetrados por presos na Operação Lavajato, com o reconhecimento, por ampla maioria ou por unanimidade, da necessidade da prisão cautelar em decorrência do risco à ordem pública.

Destaco, ilustrativamente, o HC 332.586/PR, Relator, o eminente Ministro Felix Fischer. Da ementa:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ARTIGOS 2º, CAPUT E §4º, INCISOS II, III, IV E V, C.C. 1º, §1º, DA LEI 12.850/2013, 333, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL (106 VEZES), E 1º, CAPUT, DA LEI 9.613/1998 (54 VEZES). OPERAÇÃO "LAVA JATO". ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...)

III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão realização de preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode

ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).

IV - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de se garantir a ordem pública, tendo em vista o modo sistemático, habitual e profissional dos crimes praticados



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

contra a Administração Pública Federal, que indicam verdadeiro modus operandi de realização de negócios com a Administração Pública, gerando grande prejuízo aos cofres públicos.

V - Não se pode olvidar, ademais, o fundado receio de reiteração delitativa, tendo em vista que o paciente seria integrante de organização criminosa voltada para o cometimento de ilícitos de corrupção e lavagem de ativos em contratações realizadas com o Poder Público, o que justifica a imposição da medida extrema no intuito de interromper ou diminuir a atuação das práticas cartelizadas realizadas em prejuízo de grande licitações no país. Neste sentido, já decidiu o eg. Pretório Excelso que "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel.^a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VI - Mostra-se insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, quando presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar, como na hipótese." (HC 332.586/PR - 5ª Turma do STJ - Rel. Min. Felix Fischer - por maioria - 10/12/2015)

Também o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem reiteradamente mantido prisões preventivas decretadas no âmbito da Operação LavaJato, especialmente contra diretores e gerentes da Petrobrás quando presente boas provas do enriquecimento ilícito e ausente a recuperação integral dos ativos criminosos. Nesse sentido, precedente recente e unânime lavrado pelo eminente Relato Desembargador João Pedro Gebran Neto:

""OPERAÇÃO LAVA-JATO". HABEAS CORPUS. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. CORRUPÇÃO. LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPLEXO ENVOLVIMENTO DO CRIMINOSO. NOVOS PARADIGMAS.

1. A prisão provisória é medida rigorosa que, no entanto, se justifica nas hipóteses em que presente a necessidade, real e concreta, para tanto.

2. Para a decretação da prisão preventiva é imprescindível a presença do fumus commissi delicti, ou seja, prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, bem como do periculum libertatis, risco à ordem pública, à instrução ou à aplicação da lei penal.

3. A complexidade e as dimensões das investigações relacionadas com a denominada 'Operação Lava-Jato', os reflexos extremamente nocivos decorrentes da infiltração de grande grupo criminoso em sociedade de economia mista federal, bem como o desvio de quantias nunca antes percebidas, revela a necessidade de releitura da jurisprudência até então intocada, de modo a estabelecer novos parâmetros interpretativos para a prisão preventiva, adequados às circunstâncias do caso e ao meio social contemporâneo aos fatos.

4. Justifica-se a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública quando houver fortes indícios da participação do paciente em 'organização criminosa', em crimes de 'corrupção passiva' e de 'lavagem de capitais', todos relacionados com fraudes em contratos públicos dos quais resultaram vultosos prejuízos a sociedade de economia mista e, na mesma proporção, em seu enriquecimento ilícito e de terceiros (STJ/HC nº 302.604/RP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO, QUINTA TURMA, julg. 24/11/2014).

5. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 5022736-79.2017.4.04.0000 - Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto - 8ª Turma do TRF4 - un. - j. 21/06/2017)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

É evidente que Deonilson Roldo nunca foi Diretor ou gerente da Petrobras, mas ocupou cargos relevantes no Governo Estadual, entre eles de Chefe de Gabinete do Governador e de Diretor da Copel, e há indícios de que envolveu-se na prática contínua de crimes de corrupção e de lavagem.

É certo que Deonilson Roldo não mais ocupa elevado cargo na estrutura do Governo do Estado do Paraná. Entretanto, permanece integrante do mesmo grupo político, com perspectivas de retorno a posição de poder e, por conseguinte, à prática de novos delitos associados à corrupção sistêmica.

Relativamente a ambos, o afastamento temporário dos cargos públicos também não previne a continuidade da prática dos crimes de lavagem de dinheiro, sendo de se destacar que houve aparente dissipação, por condutas de ocultação e dissimulação, do produto do crime.

Como se não bastasse, há indícios do envolvimento atual de Deonilson Roldo em campanhas eleitorais.

A pedido da autoridade policial e com a concordância do MPF, foi autorizada no processo 5029006-37.2018.4.04.7000 a interceptação dos investigados. Foi produzido o auto de interceptação 01/2018 relativamente ao primeiro período da diligência (evento 5, arquivo ap-inqpol82). Da análise extrai-se o seguinte trecho (fl. 10 do relatório):

"Deonilson Roldo aparentemente coordena a campanha de Beto Richa para o Senado Federal e diz que está em período de quarentena, que não pode aparecer, mas que atua nos bastidores, conforme demonstrado pelas chamadas telefônicas a seguir."

A análise encontra apoio nos vários diálogos interceptados constantes no Auto de interceptação 02-A/2018 no processo 5029006-37.2018.4.04.7000 (evento 33, inf2), dos quais extraio a seguinte síntese efetuada pela autoridade policial:

"DEONILSON ROLDO é homem de confiança de CARLOS ALBERTO RICHA, sendo o coordenador de todos os assuntos referentes à campanha de BETO RICHA ao Senado Federal, tendo participação na articulação política, definição de material de campanha como músicas e jingles, sessões de fotos, agendamento de eventos e aconselhamento de modo geral, sendo consultado por BETO RICHA em várias ocasiões."

DEONILSON ROLDO propositalmente está mantendo velada sua cooperação com BETO RICHA devido à investigação em curso sobre o recebimento de valores da ODEBRECHT, que já é de público conhecimento através da imprensa."

Tendo os crimes em apuração sido praticados no contexto de campanha eleitoral, com obtenção, em cognição sumária, de vantagem indevida a pretexto de doação eleitoral, Deonilson Roldo tem, no presente momento, similares oportunidades para persistir na arrecadação de recursos ilícitos, no caso mediante promessas futuras, sem olvidar o risco, aqui também atinente a Jorge Theodosio Atherino, de utilizar recursos ilícitos guardados para despesas atuais de campanha.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Destaque-se que a mesma interceptação telefônica revelou diálogos de Jorge Theodócio Atherino que, embora precisem ser melhor apurados, sugerem a continuidade até o presente de práticas financeiras fraudulentas. Do auto de interceptação 02-A/2018 no processo 5029006-37.2018.4.04.7000 (evento 33, inf2), constam diálogos dele com Tiago Correa Adriano Rocha e deles com terceiros, sugerindo pagamentos vultosos em espécie, em moeda nacional ou estrangeira, continuação da utilização da conta de Flora Leite Atherino para passagem de recursos a terceiros, utilização de linguagem cifrada para a realização de pagamentos, e continuidade da utilização dos familiares como pessoas interpostas, inclusive com reclamação deles,

A segregação cautelar de ambos mostra-se, nesse contexto, também relevante para afastar os riscos de renovação de crimes de corrupção e de lavagem, além de necessária pela elevada gravidade em concreto dos crimes em apuração.

A prisão preventiva, embora excepcional, pode ser utilizada, quando presente, em cognição sumária, boa prova de autoria e de materialidade de crimes graves, e a medida for essencial à interrupção da prática profissional de crimes e assim proteger a sociedade e outros indivíduos de novos delitos, especialmente de grande corrupção e de lavagem de dinheiro.

Considerando que os crimes de corrupção e de lavagem foram praticados em segredo, por operações subreptícias, a preventiva não pode ser substituída com eficiência por medidas cautelares alternativas e que poderiam ser facilmente burladas.

Ante o exposto, defiro o requerido pelo MPF para, presentes os pressupostos da prisão preventiva, boa prova de materialidade e de autoria, e igualmente os fundamentos, o risco à ordem pública, decretar, com base nos arts. 311 e 312 do CPP, a **prisão preventiva** de Deonilson Roldo e Jorge Theodocio Atherino.

Expeçam-se os mandados de prisão preventiva contra eles, consignando a referência a esta decisão e processo, aos crimes do art. 1.º da Lei nº 9.613/1998, do art. 317 do Código Penal e do art. 90 da Lei n.º 8.666/1993.

Consigne-se nos mandados que a utilização de algemas fica autorizada na efetivação da prisão ou no transporte do preso caso as autoridades policiais imediatamente responsáveis pelos atos específicos reputem necessário, sendo impossível nesta decisão antever as possíveis reações, devendo, em qualquer caso, ser observada, pelas autoridades policiais, a Súmula Vinculante n.º 11 do Supremo Tribunal Federal. Consigne-se no mandado autorização para, após a efetivação, traslado dos presos para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Pleiteou ainda o MPF a prisão preventiva de Luiz Abi Antoun e Ezequias Moreira Rodrigues.

Apesar da existência de provas, em cognição sumária, de seu envolvimento no esquema criminoso, as provas de autoria não são suficientes nessa fase para autorizar prisão cautelar, observando que sequer foram denunciados na ação penal 5039163-69.2018.4.04.7000.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

6. Pleiteou a autoridade policial autorização para busca e apreensão de provas nos endereços dos investigados e de suas empresas.

O MPF concordou com as buscas e apreensões.

Como acima fundamentado, há causa provável para a realização de buscas e apreensões para colher provas adicionais do crimes de corrupção, do crime de fraude à licitação e dos crimes de lavagem.

Como os mesmos esquemas de lavagem podem ter sido utilizados pelos beneficiários da vantagem indevida para ocultar e dissimular produto de outros crimes contra a Administração Pública, é legítima a realização de buscas e apreensões mais amplas.

O quadro probatório acima apontado é mais do que suficiente para caracterizar causa provável a justificar a realização de busca e apreensão nos endereços dos investigados.

Oportuno lembrar que, para busca e apreensão, medida investigatória, não se exige prova cabal do envolvimento em crimes, nem é necessário o mesmo nível de prova do que o exigido para uma prisão cautelar.

Faço essa ressalva especialmente em relação às buscas atinentes a parte dos investigados, como o ex-Governador do Estado Carlos Alberto Richa, em campanha eleitoral para o Senado. Há provas que justificam as buscas, pois ele é apontado como beneficiário dos valores provenientes dos crimes e de um esquema de lavagem de dinheiro. Ressalve-se, porém, que ainda se trata de uma fase de investigação, a busca nela se inserindo, e que, portanto, não é possível no presente momento qualquer afirmação conclusiva quanto à responsabilidade dele.

Assim, defiro, nos termos do artigo 243 do CPP, o requerido, para autorizar a expedição de mandados de busca e apreensão, a serem cumpridos durante o dia nos endereços dos investigados e empresas abaixo especificadas.

Os mandados terão por objeto a coleta de provas relativa à prática pelos investigados dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, fraude à licitação, associação criminosa, evasão fraudulenta de divisas, além dos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, especificamente:

a) registros e livros contábeis, formais ou informais, recibos, agendas, ordens de pagamento e documentos relacionados à abertura, manutenção e à movimentação de contas no Brasil e no exterior, em nome próprio ou de terceiros, bem como patrimônio em nome próprio ou de terceiros;

b) registros e livros contábeis, formais ou informais, recibos, agendas, anotações, ordens de pagamento, comprovantes de recebimento de valores, no exterior ou no Brasil, relacionados a possível recebimento de vantagem indevida, inclusive registros acerca dos R\$ 3.500.000,00 entregues em espécie pelo Grupo Odebrecht;



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

c) documentos, formais ou informais e de qualquer natureza, relativos a intermediação ou recebimento de propinas ou valores a agentes públicos, inclusive contratos simulados para justificar pagamentos ou recebimentos;

d) correspondência, mensagens eletrônicas e arquivos relacionados a esses mesmos fatos;

e) HDs, laptops, pen drives, smartphones, arquivos eletrônicos, de qualquer espécie, agendas manuscritas ou eletrônicas, dos investigados ou de suas empresas, quando houver suspeita que contenham material probatório relevante, como o acima especificado;

f) valores em espécie em moeda estrangeira ou em reais de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 ou USD 50.000,00 e desde que não seja apresentada prova documental cabal de sua origem lícita;

g) eventuais registros escritos ou eletrônicos disponíveis de controle de entrada e saída, nos locais abaixo especificados.

Especifico os investigados e endereços:

a. Na sede do Palácio Iguazu, Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba, com o exclusivo fim de obter cópia dos registros de entrada no edifício e nos gabinetes dos investigados Deonilson Roldo, Carlos Alberto Richa, José Richa Filho e Ezequias Moreira Rodrigues no período dos fatos entre 01/01/2014 a 31/12/2014;

b. Na sede da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná, na Av. Iguazu, 420, Rebouças, Curitiba, com o exclusivo fim de obter cópia dos registros de entrada no edifício e nos gabinetes dos investigados José Richa Filho e Nelson Leal Júnior no período dos fatos entre 01/01/2014 a 31/12/2014;

c. Na residência de Carlos Alberto Richa, Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1541, apartamento 241, Mossungue, Curitiba/PR, CEP: 81.200-100;

d. Na residência de Deonilson Roldo, na Rua Carlos Gelenski, nº 71, casa 23, São João, Curitiba/PR, CEP: 82030-590;

e. Na residência de José Richa Filho, rua Professor Dário Garcia, nº 613, casa 12, Vista Alegre, Curitiba/PR, CEP: 80820-410;

f. Na residência de Luiz Cláudio da Luz, CPF 024.326.879-30, localizada na Avenida Silva Jardim, 2892, apartamento 2, Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80240-020, que era chefe de Gabinete de José Richa Filho e que, conforme declarações de Nelson Leal Júnior, participava do esquema criminoso;

g. Na residência de Jorge Theodocio Atherino e sua esposa Flora Leite Atherino, Travessa Flávio Luz, 153, apartamento 501, Cabral, Curitiba/PR;



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

g.1. Na residência dos filhos de Jorge Theodocio Atherino, por sua aparente condição de pessoas interpostas nas empresas controladas pelo genitor, Nicole Leite Atherino na rua Jurandir A Loro, nº 432, sobrado 4, Bacacheri, Curitiba/PR, Roberta Leite Atherino, na rua Saturnino Miranda, nº 780, sobrado 11 fundos, Santa Felicidade, Curitiba/PR, CEP: 82030-320; Rua Esídio Orlando Fabri, 158, Casa 03, Santa Felicidade, Curitiba/PR, e Theodocio Jorge Atherino, avenida Paraná, nº 33, apartamento 10, Cabral, Curitiba/PR;

h. Na residência de Luciano Ribeiro Pizzato, na rua Paulo Gorski, nº 2165, apartamento 401, torre C, Mossungue, Curitiba/PR, CEP: 81210-220, pois embora colaborador, seu depoimento apresenta aparentes omissões;

i. Na residência de José Maria Ribas Muller, da empresa Tucumann, na rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 3305, apartamento 271, Campo Comprido, Curitiba/PR, dirigente da empresa que participou da Concessionária Rota das Fronteiras, havendo relatos de Nelson Leal Júnior de que atuava no esquema criminoso e há ainda relatos de operações imobiliárias suspeitas entre ele e Carlos Alberto Richa (fl. 41 do parecer do MPF, evento 8, e fls. 143 e 144 da representação policial, evento 1);

i.1 Na sede da empresa Tucumann Engenharia e Empreendimentos, no endereço na Av. Três Marias, 868, São Braz, em Curitiba, pelo já consignado no item anterior;

j. Na residência de Dirceu Pupo Ferreira, Rua Presidente Eptácio Pessoa, 746, Taruma, Curitiba/PR, e no endereço profissional, Grafos Contabilidade Ltda., na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 751, sala 102, Bacacheri, Curitiba/PR, contador das empresas de Jorge Theodosio Atherino e de Carlos Alberto Richa, sendo possível que documentos relevantes sejam com ele guardados;

k. Na residência de Tiago Correa Adriano Rocha, na avenida Marechal Humberto de Alencar, nº 1032, apartamento 1508, Cristo Rei, Curitiba/PR, em vista de seu envolvimento na execução de operações financeiras atípicas de Jorge Theodosio Atherino, fato também confirmado na interceptação (o auto de interceptação 02/2018, evento 33, inf2, processo 5029006-37.2018.4.04.7000);

l. Na residência de Lucia Jovia Inácio, na Rua Nicolau Latchoc, 55, Bl6, ap. 21, Campo Comprido, Curitiba/PR, em vista da transação suspeita de R\$ 220.000,00 que lhe foi efetuada pela empresa Krisso Agropecuária (fl. 152 da representação policial, evento 1) e com a finalidade de colher documentos sobre essa transferência;

m. Na residência de Homero Felini Pasquetti, na Rua Desembargador Otávio do Amaral, 73, ap. 171, Bigorrião, Curitiba/PR, em vista das transações suspeitas com Deonilson Roldo;

n. Na sede das empresas controladas por Jorge Theodocio Atherino e Flora Leite Atherino ou em nome de seus familiares, na Rua Marechal Deodoro, 500, conjuntos 68, 71 e 78, Centro, Curitiba/PR, especificamente R. F. PARTICIPACOES LTDA (03.984.563/0001-50), GREEN PLACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (14.978.182/0001-84), GREEN REAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (17.900.183/0001-02), GREEN CAMPOS EMPREENDIMENTOS LTDA (17.900.631/0001-60), GREEN LOGISTICA LTDA (18.917.886/0001-06), GREEN CAP EMPREENDIMENTOS
5037800-47.2018.4.04.7000

700005517498.V80



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

IMOBILIARIOS LTDA (19.825.766/0001-33), GREEN ANY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.973.208/0001- 15), GREEN PARTICIPACOES LTDA (20.085.987/0001-00), GREEN PARADISE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (21.781.566/0001-78), GREEN CONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (24.163.625/0001- 32), GREEN PANAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (24.763.962/0001-60), GREEN SAO JOSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (25.276.535/0001- 10) e GREEN SILVER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.973.259/0001-47);

o. Na sede das empresas controladas por Jorge Theodocio Atherino e Flora Leite Atherino ou em nome de seus familiares, na praça São Paulo da cruz, nº 50, 8º andar, Juveve, Curitiba/PR, especificamente R. F. PARTICIPACOES LTDA (03.984.563/0001-50), GREEN HOLANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.824.757/0001-28), GREEN MARIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.482.391/0001- 56), GREEN PORTUGAL EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (13.794.099/0001-92), GREEN MARIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.482.391/0001- 56) e GREEN COMPANY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (19.045.492/0001-60);

p. Na sede da empresa Krisso Agropecuária Ltda., CNPJ 79.556.635/0001-20, no Rancho Flora, S Santa Fé 6, Luionópolis/PR10, controlada por Jorge Theodocio Atherino e também em virtude das transações financeiras suspeitas efetuadas por ela em favor de Lúcia Jovita Inácio e Ezequias Moreira Rodrigues (fl. 152 da representação policial do evento 1;

q. no endereço de entrega dos valores em espécie pela Odebrecht, Alameda Lorena, 1052, apartamento 62, Jardins, São Paulo SP, em nome de Assunta Lunardelli Ninno;

r. No condomínio do prédio da alameda Lorena, 1052, Jardins, São Paulo SP, exclusivamente com o fim de colher os registros de acesso ao prédio no período dos fatos de 01/09/2014 a 31/10/2014;

s. No endereço da empresa Vindouro Vinhos e Bistros, na rua Guarda-Mor Lustosa, nº 129, Juveve, Curitiba/PR, com o fim exclusivo de colher provas de eventual controle de Deonilson Roldo sobre a empresa, das fontes de receita da empresa, bem como de eventuais documentos ali por ele guardados e que tenham relação com o caso ou com seu patrimônio;

t. no endereço da empresa Start Agência de Notícias Ltda., (CNPJ: 01.753.806/0001-13), localizada na rua Doutor Faivre, nº 750, conjunto 905, 10º andar, Centro, Curitiba/PR, especialmente (mas não somente) para identificar o controle da empresa, as fontes de receita dela e eventuais registros contábeis sobre os depósitos efetuados em suas contas e destinos dos débitos;

u. no endereço das empresas relacionadas a Carlos Alberto Richa e a seus familiares, a fim de apurar especialmente a origem dos recursos empregados para os investimentos e a integridade das transações efetuadas, BFMAR PARTICIPACOES S/A (02.710.377/0001-60), FC ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (09.497.714/0001-21),



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

OCAPORA ADMINISTRADORA DE BENS S/A. (10.529.298/0001-85), SAGGEZZA ADMINISTRADORA DE BENS, GREEN GOLD EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (11.619.379/0001-39);

v. na sede da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, rua Mateus Leme, nº 1561, Bom Retiro, Curitiba/PR para o exclusivo fim de extrair cópia de caixas de mensagens eletrônicas e agendas eletrônicas de Carlos Alberto Richa, José Richa Filho, Deonilson Roldo e Ezequias Moreira Rodrigues, de 01/01/2014 a 31/12/2015, entre eles dos endereços eletrônicos : jricha@seil.pr.gov.br; jricha@setr.pr.gov.br; ezequias@ccivil.pr.gov.br; ezequiasmr@sanepar.com.br; deoroldo@ccivil.pr.gov.br; droldo@pr.gov.br; deonilson.roldo@copel.com (caso não seja possível a seleção temporal, toda a caixa postal deverá ser copiada);

x. Na residência de Ezequias Moreira Rodrigues, na rua Padre Agostinho, nº 1835, apartamento 402, Bigorrrilho, Curitiba/PR.

Relativamente aos requerimentos de busca complementares (10), especifico os endereços e investigados:

a.1. na residência de Adilson Pedrinho Antunes, também contador das empresas de Jorge Thodosio Atherino e de Carlos Alberto Richa, sendo possível que documentos relevantes sejam com ele guardados;

b.2. na sede da empresa Evalux Energy Tecnologia Ltda., Rua Isabel Withers Gomm, 125, Bigorrrilho, em Curitiba, de titularidade de Homero Felini Pasquetti, havendo fundada suspeita de que o controlador de fato seja Deonilson Roldo, conforme fls. 4-5 da representação policial do evento 10;

c.3. na sede da HP Administração de Bens e Participações Ltda., na Rua Roberto Ozorio de Almeida, 1010, CIC, Curitiba/PR, porque eram delas sócias a Ocaporã, empresa da família de Carlos Alberto Richa, e a Tucumann, empresa componente da Concessionária Rota do Sol, havendo suspeitas nas transferências de investimentos havidas quando da saída, conforme fl. 5 da representação policial do evento 10;

c.4. na sede das empresas Anuá Administradora de Bens Ltda. e Mitacore Real Estate Empreendimentos Ltda., no endereço da Rua Heitor Strockler de França, 396, 20 andar, em Curitiba, empresas de investimentos de familiares de Carlos Alberto Richa.

Indefiro na residência de Pedro Rache de Andrade, já que é testemunha.

Indefiro no endereço da empresa Contern Construções e Comércio Ltda., já que não há provas suficientes de seu envolvimento nos crimes.

Indefiro no endereço de Guilherme Otto Michaelis, Rafael Ribeiro dos Santos Gluck, Cesar Augusto Federamann, Reinaldo Bertin, da Contern Construções pois, na esteira do argumentado pelo MPF, não há prova suficiente de participação a justificar as buscas.

Indefiro no endereço da empresa Enne Engenharia de Negócios por faltar melhor demonstração da necessidade da diligência no local.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Indefiro nos endereços relacionados a Carlos Roberto Nunes Lobato, a empresa Gel - Goetze Lobato Engenharia, a Alberto Rached, e a empresa America Empreendimentos. Quanto a eles, há somente o relato de Nelson Leal Júnior de seu possível envolvimento no esquema criminoso, o que reputo insuficiente para a busca e apreensão, até porque o relato não é suficientemente determinado.

Indefiro a busca na residência de Ricardo Saboia Khury Filho, Rua Luiz Tramontim, 1445, casa 09, Campo Comprido, Curitiba. O propósito seria colher provas sobre o título do depósito de R\$ 456.000,00 realizado em 02/12/2014 em favor de Jorge Theodosio Atherino. Entendo que, no caso, sendo muito pontual o fato, é mais apropriado que ele seja intimado pela autoridade policial para esclarecer o fato e apresentar documentos.

Indefiro a busca nos endereços associados a Rubens Di Ninno Leite e sua empresa por não vislumbrar causa suficiente para a medida.

Em todos os mandados de busca e apreensão, consigne-se autorização para exame e extração de cópias de mensagens eletrônicas armazenados nos endereços eletrônicos utilizados pelos investigados.

Consigne-se nos mandados, em seu início, o nome dos investigados ou da empresa ou entidade e os respectivos endereços, cf. especificação da autoridade policial.

No desempenho desta atividade, poderão as autoridades acessar dados, arquivos eletrônicos e mensagens eletrônicas armazenadas em eventuais computadores ou em dispositivos eletrônico de qualquer natureza, inclusive smartphones, que forem encontrados, com a impressão do que for encontrado e, se for necessário, a apreensão, nos termos acima, de dispositivos de bancos de dados, disquetes, CDs, DVDs ou discos rígidos. Autorizo desde logo o acesso pelas autoridades policiais do conteúdo dos computadores e dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas. Autorizo igualmente o arrombamento de cofres caso não sejam voluntariamente abertos. Consigne-se estas autorizações específica nos mandados.

Consigne-se, em relação aos mandados para as empresas, autorização para a realização de buscas e apreensões em qualquer andar ou sala nas quais a prova se localize.

As diligências deverão ser efetuadas simultaneamente e se necessário com o auxílio de autoridades policiais de outros Estados, peritos ou ainda de outros agentes públicos, incluindo agentes da Receita Federal.

Considerando a dimensão das diligências, deve a autoridade policial responsável adotar postura parcimoniosa na sua execução, evitando a colheita de material desnecessário ou que as autoridades públicas não tenham condições, posteriormente, de analisar em tempo razoável.

Deverá ser encaminhado a este Juízo, no prazo mais breve possível, relato e resultado das diligências.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Desde logo, autorizo a autoridade policial a promover a devolução de documentos e de equipamentos de informática se, após seu exame, constatar que não interessam à investigação ou que não haja mais necessidade de manutenção da apreensão, em decorrência do término dos exames. Igualmente, fica autorizado a promover, havendo requerimento, cópias dos documentos ou dos arquivos eletrônicos e a entregá-las aos investigados, as custas deles.

A competência se estabelece sobre crimes e não sobre pessoas ou estabelecimentos. Assim, em princípio, reputo desnecessária a obtenção de autorização para a busca e apreensão do Juízo do local da diligência. Esta só se faz necessária quando igualmente necessário o concurso de ação judicial (como quando se ouve uma testemunha ou se requer intimação por oficial de justiça). A solicitação de autorização no Juízo de cada localidade colocaria em risco a simultaneidade das diligências e o seu sigilo, considerando a multiplicidade de endereços e localidades que sofrerão buscas e apreensões.

Quanto ao pedido de compartilhamento das provas, é prematuro. Oportunamente, deve a autoridade policial melhor especificar com quais órgãos pretende o compartilhamento e de quais provas. Isso não impede o acesso das provas a eventuais agentes de outros órgãos que estejam auxiliando nas investigações, mas com propósito limitado, por ora, às próprias investigações.

Observo que a expedição dos mandados para as empresas da alínea "u", fica dependente da apresentação dos respectivos endereços pela autoridade policial.

Relativamente ao pedido de buscas complementar feito pelo MPF nos endereços de Luiz Abi Antoun e KLM Alimentos, a decisão fica dependente da apresentação de endereços. Observo, porém, que é provável que Luiz Abi Antoun e suas empresas já tenham sofrido buscas autorizadas pela Justiça Estadual, devendo, se positivo, ser demonstrada a necessidade de reiteração.

7. Pleiteou a autoridade policial a prisão temporária de diversos investigados, Flora Leite Atherino, Roberta Leite Atherino, Nicole Leite Atherino, Theodócio Jorge Atherino, Tiago Correa Adriano Rocha, Dirceu Pupo Ferreira, Ezequias Moreira Rodrigues, José Richa Filho, Luiz Cláudio da Luz, José Maria Ribas Muller, Guilherme Michaelis, Rafael Ribeiro dos Santos Gluck, Carlos Roberto Nunes Lobato, Lucia Jovita Inácio, Reinaldo Bertin e Homero Felini Pasquetti.

O MPF concordou com o pedido de prisão temporária apenas de Tiago Correa Adriano Rocha, Dirceu Pupo Ferreira, Ezequias Moreira Rodrigues, José Maria Ribas Muller e Homero Felini Pasquetti. Agregou pedido de prisão temporária de Luiz Abi Antoun.

Apesar dos requerimentos fundamentados, a prisão cautelar, mesmo a temporária, não deve ser prodigalizada.

Entendo que, em relação a vários dos investigados, é necessário prévio aprofundamento investigatório.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Por outro laudo, apesar do histórico de envolvimento em crimes de Ezequias Moreira Rodrigues, Luiz Abi Antoun e José Maria Ribas Muller, é necessário, em relação aos crimes em apuração perante este Juízo, melhor prova de autoria para justificar, nesse momento, a prisão cautelar.

Então, indefiro, sem prejuízo de reavaliação segudo a colheita das provas, a prisão temporária sobre os investigados identificados.

Ressalvo a situação de Tiago Correa Adriano Rocha, CPF 053.020.019-85. Extraio do auto de interceptação 02/2018, evento 33, inf2, processo 5029006-37.2018.4.04.7000), a seguinte análise da autoridade policial:

"TIAGO CORREA ADRIANO ROCHA, além de funcionário do setor financeiro da RF PARTICIPAÇÕES, é braço direito e homem de confiança de JORGE para todas as operações financeiras de seus empreendimentos."

De fato, há diversos diálogos interceptado dele com Jorge Theodócio Atherino, alguns dos quais, aliás, referem-se a operações com características suspeitas.

Além disso, como apontado acima, relatório do COAF indica Tiago Correa Adriano Rocha como executor de operações suspeitas, como saques e depósitos vultosos em espécie de contas controladas por Jorge Theodócio Atherino.

Então há fundada suspeita de seu envolvimento nas operações de lavagem em investigação.

Considerando a realização de buscas e apreensões nas empresas de Jorge Theodócio Atherino e a aparente complexidade das suas operações, é oportuna a segregação cautelar temporária para prevenir qualquer risco de dissipação da prova ou mesmo produção de documentos falsos.

Não se trata de perspectiva remota, considerando o histórico de produção de documentos falsos no presente caso. Ademais, em âmbito mais geral, na própria Operação Lavajato, constatada, nas buscas, episódios de destruição e ocultação de documentos pelos então investigados Paulo Roberto Costa e Nelma Kodama.

A prisão temporária ampara-se ainda nos indícios de prática de crimes de corrupção, lavagem, fraudes, além de associação criminosa.

A medida, por evidente, não tem por objetivo forçar confissões. Querendo, poderá o investigado permanecer em silêncio durante o período da prisão, sem qualquer prejuízo a sua defesa.

Assim, atendidos os requisitos do artigo 1.º, I e III, Lei n.º 7.960/1989, sendo a medida necessária pelas circunstâncias do caso, defiro parcialmente o requerido pela autoridade policial e pelo MPF e **decreto a prisão temporária** por cinco dias de Tiago Correa Adriano Rocha, CPF 053.020.019-85.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Expeça-se o mandado de prisão temporária, consignando nele o prazo de cinco dias, e a referência ao artigo 1.º da Lei n.º 7.960/1989, ao crimes do art. 1.º da Lei n.º 9.613/1998 e do art. 288 do CP.

Consigne-se nos mandados que a utilização de algemas fica autorizada na efetivação da prisão ou no transporte dos presos caso as autoridades policiais imediatamente responsáveis pelos atos específicos reputem necessário, sendo impossível nesta decisão antever as possíveis reações, devendo, em qualquer caso, ser observada, pelas autoridades policiais, a Súmula Vinculante n.º 11 do Supremo Tribunal Federal.

8. Pleiteou a autoridade policial e o MPF o sequestro de ativos mantidos por parte dos investigados em suas contas correntes.

Autorizam o artigo 125 do CPP e o artigo 4.º da Lei n.º 9.613/1998 o sequestro do produto do crime.

Viável o decreto do bloqueio dos ativos financeiros dos investigados em relação aos quais há prova de recebimento de propina.

Não importa se tais valores, nas contas bancárias, foram misturados com valores de procedência lícita. O sequestro e confisco podem atingir tais ativos até o montante dos ganhos ilícitos. Considerando os valores da propina acertada, cinquenta milhões de reais, resolvo decretar o bloqueio das contas dos investigados até esse montante

Defiro, portanto, o requerido e decreto o bloqueio dos ativos mantidos em contas e investimentos bancários dos seguintes investigados, em relação aos quais a prova afigura-se mais robusta:

- Deonilson Roldo, CPF 371.416.439-15;
- Start Agência de Notícia Ltda., CNPJ 01.754.806/0001-13;
- Jorge Theodócio Atherino, CPF 167.274.449-00;
- Flora Leite Atherino, CPF 402.592.269-04, já que há suspeita de que a conta seja utilizada por Jorge Theodócio Atherino.
- RF Participações Ltda., CNPJ 03.984.563/0001-50, e demais empresas controladas por Jorge Theodócio Atherino especificadas nos itens "n", "o" e "p" das buscas.

Fico o limite de dez milhões de reais aos bloqueios considerando não só o montante da suposta vantagem indevida, mas igualmente o volume de operações suspeitas de lavagem e que são substancialmente maiores.

Os bloqueios serão implementados, pelo BacenJud quando da execução dos mandados de busca e de prisão. Junte-se oportunamente o comprovante aos autos.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Observo que a medida ora determinada apenas gera o bloqueio do saldo do dia constante nas contas ou nos investimentos, não impedindo, portanto, continuidade das atividades econômicas dos investigados. No caso das pessoas físicas, caso haja bloqueio de valores atinentes à salários, promoverei, mediante requerimento, a liberação.

Casos nos bloqueios das empresas, seja demonstrados depósitos de origem lícita, inclusive pagamentos relativos a aquisições imobiliárias nas contas das empresas destinadas a loteamentos imobiliários, poderão eles ser liberados.

9. As considerações ora realizadas sobre as provas tiveram presente a necessidade de apreciar o cabimento das prisões e buscas requeridas, tendo sido efetuadas em cognição sumária. Por óbvio, dado o caráter das medidas, algum aprofundamento na valoração e descrição das provas é inevitável, mas a cognição é *prima facie* e não representa juízo definitivo sobre os fatos, as provas e as questões de direito envolvidas, algo só viável após o fim das investigações e especialmente após o contraditório.

Decreto o sigilo sobre esta decisão e sobre os autos dos processos até a efetivação da prisão e das buscas e apreensões. Efetivadas as medidas, não sendo mais ele necessário para preservar as investigações, fica levantado o sigilo. Entendo que, considerando a natureza e magnitude dos crimes aqui investigados, o interesse público e a previsão constitucional de publicidade dos processos (artigo 5º, LX, CF) impedem a imposição da continuidade de sigilo sobre autos. O levantamento propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal.

Ciência à autoridade policial e ao MPF desta decisão.

Curitiba, 06 de setembro de 2018.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700005517498v80** e do código CRC **01786ea6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO
Data e Hora: 6/9/2018, às 16:9:22

5037800-47.2018.4.04.7000

700005517498.V80